

ITR

Informações Trimestrais

Companhia: CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Data Entrega: 08/11/2018

Data Referência: 30/09/2018

Tipo Apresentação: Apresentação

Versão: 1

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital

Proventos em Dinheiro

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do fluxo de Caixa

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do fluxo de Caixa

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

Anexos

Relatório da Administração /Comentário do Desempenho

Notas Explicativas

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial %R%

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DADOS DA EMPRESA / COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Número de Ações (Mil)	30/09/2018
-----------------------	------------

Do Capital Integralizado

Ordinárias	1.446.898.779
------------	---------------

Preferenciais	0
---------------	---

Total	1.446.898.779
-------	---------------

Em Tesouraria

Ordinárias	0
------------	---

Preferenciais	0
---------------	---

Total	0
-------	---

Provento

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	30/09/2018	31/12/2017
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	56.820	51.522
1.02.01.10.03	Depositos Judiciais	56.820	51.522
1	Ativo Total	2.677.832	2.566.053
1.01	Ativo Circulante	364.001	195.340
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	195.480	58.213
1.01.02	Aplicações Financeiras	62.711	44.522
1.01.03	Contas a Receber	11.217	10.817
1.01.03.01	Clientes	11.217	10.817
1.01.04	Estoques	57.895	55.974
1.01.06	Tributos a Recuperar	15.300	4.106
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	15.300	4.106
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	21.398	21.708
1.01.08.03	Outros	21.398	21.708
1.01.08.03.01	Adiantamentos	20.462	20.775
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	457	457
1.01.08.03.04	Outros ativos	479	476
1.02	Ativo Não Circulante	2.313.831	2.370.713
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	115.316	111.029
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	3.518	3.421
1.02.01.04	Contas a Receber	11.348	10.175
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	11.348	10.175
1.02.01.07	Tributos Diferidos	33.173	35.454
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	32.192	35.454
1.02.01.07.02	Tributos a recuperar	981	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	10.457	10.457
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	10.457	10.457
1.02.02	Investimentos	0	2

1.02.02.01	Participações Societárias	0	2
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	2
1.02.03	Imobilizado	33.613	37.834
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	33.613	37.834
1.02.04	Intangível	2.164.902	2.221.848
1.02.04.01	Intangíveis	2.164.902	2.221.848
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.164.902	2.221.848

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	30/09/2018	31/12/2017
2	Passivo Total	2.677.832	2.566.053
2.01	Passivo Circulante	228.808	605.855
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	35.571	0
2.01.02	Fornecedores	38.251	56.298
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	35.951	48.473
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	2.300	7.825
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	88.961	447.293
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	47.519	151.248
2.01.04.02	Debêntures	41.442	296.045
2.01.05	Outras Obrigações	66.025	102.264
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	26.326	9.398
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	26.326	9.398
2.01.05.02	Outros	39.699	92.866
2.01.05.02.04	Impostos,taxas e contribuições a pagar	2.672	3.997
2.01.05.02.05	Salarios,provisões e contribuições sociais	0	21.239
2.01.05.02.06	Concessoes de serviços publicos	2.240	1.851
2.01.05.02.07	Participações a empregados	0	14.886
2.01.05.02.08	Serviços a prestar	34.784	29.995
2.01.05.02.09	Outras obrigações	3	470
2.01.05.02.10	Instrumentos financeiros derivativos	0	20.311
2.01.05.02.12	Receita diferida	0	117
2.02	Passivo Não Circulante	1.098.248	616.345
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.027.185	549.869
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	384.077	442.807
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	442.807
2.02.01.02	Debêntures	643.108	107.062
2.02.02	Outras Obrigações	42.634	40.422

2.02.02.02	Outros	42.634	40.422
2.02.02.02.03	Concessões de serviços publicos	42.447	40.235
2.02.02.02.04	Impostos,taxas e contribuições	187	187
2.02.04	Provisões	27.563	25.100
2.02.04.02	Outras Provisões	27.563	25.100
2.02.04.02.04	Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais	25.629	23.777
2.02.04.02.06	Outros passivos	1.934	1.323
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	866	954
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	866	954
2.03	Patrimônio Líquido	1.350.776	1.343.853
2.03.01	Capital Social Realizado	1.344.160	1.344.160
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	6.616	-307

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/07/2018 à 30/09/2018	01/01/2018 à 30/09/2018	01/07/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	190.237	566.175	209.613	622.118
3.01.01	Receita de Serviços	190.237	566.175	200.019	588.380
3.01.02	Receita de Construção	0	0	9.594	33.738
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-116.189	-358.668	-116.884	-372.592
3.02.01	Custos de serviços	-116.189	-358.668	-107.290	-338.854
3.02.02	Custo da Construção	0	0	-9.594	-33.738
3.03	Resultado Bruto	74.048	207.507	92.729	249.526
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-51.231	-124.738	-46.799	-145.139
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-51.281	-124.836	-47.569	-145.846
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	50	98	770	707
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	22.817	82.769	45.930	104.387
3.06	Resultado Financeiro	-27.182	-76.179	-49.349	-113.959
3.06.01	Receitas Financeiras	9.225	29.712	2.329	15.850
3.06.02	Despesas Financeiras	-36.407	-105.891	-51.678	-129.809
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-4.365	6.590	-3.419	-9.572
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.740	333	1.167	998
3.08.01	Corrente	0	3.595	-1.592	-1.592
3.08.02	Diferido	1.740	-3.262	2.759	2.590
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.625	6.923	-2.252	-8.574
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-2.625	6.923	-2.252	-8.574
3.99.01.01	ON	0,00200	0,00500	0,00200	0,00600
3.99.02.01	ON	0,00200	0,00500	0,00200	0,00600

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/07/2018 à 30/09/2018	01/01/2018 à 30/09/2018	01/07/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-2.625	6.923	-2.252	-8.574
4.03	Resultado Abrangente do Período	-2.625	6.923	-2.252	-8.574

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 30/09/2018	01/01/2017 à 30/09/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	167.804	198.890
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	184.167	165.542
6.01.01.01	Lucro antes dos impostos	6.590	-9.572
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	101.857	99.979
6.01.01.03	Baixa de imobilizado e intangível	2	82
6.01.01.05	Provisões diversas	1.030	3.371
6.01.01.06	Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidas	69.851	58.653
6.01.01.09	Ajuste de operação de hedge	3.284	10.287
6.01.01.10	Outros	1.553	2.742
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-16.363	33.348
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-2.604	700
6.01.02.03	Depósitos judiciais	-5.298	-1.435
6.01.02.04	Estoques	-1.921	-19.723
6.01.02.05	Outros créditos	-3	-4.512
6.01.02.06	Fornecedores	-18.047	16.413
6.01.02.07	Obrigações com empregados e administradores	-554	3.953
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições	2.270	-1.306
6.01.02.10	Outras obrigações a pagar	27	17.337
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social	-12.175	5.769
6.01.02.12	Partes relacionadas	16.928	16.239
6.01.02.14	Receita diferida	-88	-87
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-58.979	-66.478
6.02.01	Aquisição de intangível	-35.687	-20.931
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-5.006	-6.504
6.02.03	Aplicação financeira	-18.286	-39.043
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	28.442	-168.243

6.03.02	Pagamento de empréstimos e debêntures	-447.095	-100.239
6.03.03	Pagamento de juros	-47.418	-64.319
6.03.04	Captação de empréstimos e debêntures	543.949	18.000
6.03.05	Concessão de serviço público	2.601	-208
6.03.06	Liquidação de derivativos	-23.595	-21.477
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	137.267	-35.831
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	58.213	51.618
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	195.480	15.787
6.01.02.02	Adiantamentos	313	0
6.01.02.15	Adiantamentos	4.789	0

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2018 à 30/09/2018

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.344.160	0	0	-307	0	1.343.853
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.344.160	0	0	-307	0	1.343.853
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.923	0	6.923
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.923	0	6.923
5.07	Saldos Finais	1.344.160	0	0	6.616	0	1.350.776

01/01/2017 à 30/09/2017

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.344.160	0	4.177	0	0	1.348.337
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.344.160	0	4.177	0	0	1.348.337
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-8.574	0	-8.574
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-8.574	0	-8.574
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.586	0	0	1.586
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.586	0	0	1.586
5.07	Saldos Finais	1.344.160	0	5.763	-8.574	0	1.341.349

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 30/09/2018	01/01/2017 à 30/09/2017
7.01	Receitas	581.825	637.261
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	583.223	605.579
7.01.02	Outras Receitas	24	34.538
7.01.02.01	Outras receitas	24	800
7.01.02.02	Receita de construção	0	33.738
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-1.422	-2.856
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-204.662	-225.209
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-87	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-204.575	-191.471
7.02.04	Outros	0	-33.738
7.02.04.01	Custo da construção	0	-33.738
7.03	Valor Adicionado Bruto	377.163	412.052
7.04	Retenções	-101.857	-99.978
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-101.857	-99.978
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	275.306	312.074
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	29.712	15.850
7.06.02	Receitas Financeiras	29.712	15.850
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	305.018	327.924
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	305.018	327.924
7.08.01	Pessoal	153.166	166.197
7.08.01.01	Remuneração Direta	103.943	116.128
7.08.01.02	Benefícios	39.754	40.136
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.751	9.933
7.08.01.04	Outros	718	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	36.919	39.420
7.08.02.01	Federais	22.922	24.900

7.08.02.02	Estaduais	2.706	3.031
7.08.02.03	Municipais	11.291	11.489
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	108.010	130.881
7.08.03.01	Juros	84.589	80.109
7.08.03.02	Aluguéis	2.119	1.154
7.08.03.03	Outras	21.302	49.618
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	6.923	-8.574
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	6.923	-8.574

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	30/09/2018	31/12/2017
-------	-----------	------------	------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	30/09/2018	31/12/2017
-------	-----------	------------	------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/07/2018 à 30/09/2018	01/01/2018 à 30/09/2018	01/07/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/07/2018 à 30/09/2018	01/01/2018 à 30/09/2018	01/07/2017 à 30/09/2017	01/01/2017 à 30/09/2017
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 30/09/2018	01/01/2017 à 30/09/2017
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2018 à 30/09/2018

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
-------	-----------	------------------------------	--	-------------------	--------------------------------	-------------------------------	--------------------	------------------------------------	--------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2018 à 30/09/2018	01/01/2017 à 30/09/2017
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível



RELEASE DE RESULTADOS

Divulgação imediata

3T18
& 9M18

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

DRI@metrorio.com.br

<http://metrorio.ri.invepar.com.br>

METRÔRIO REGISTRA LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 6,9 MILHÕES NOS 9M18

EBITDA AJUSTADO FOI DE R\$ 184,6 MILHÕES NO MESMO PERÍODO

DESTAQUES

RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA REDUZIU 3,8% NOS 9M18 E 4,9% NO 3T18 EM RELAÇÃO AOS MESMOS PERÍODOS DE 2017

- A redução da Receita Líquida reflete o menor volume de passageiros pagantes, em função do alto índice de desemprego na cidade e região metropolitana do Rio de Janeiro.
- A última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD divulgada em agosto de 2018, aponta que a taxa da população desocupada do Rio de Janeiro permanece elevada, na faixa de 15,4% no Estado e 13,0% no Município do Rio de Janeiro.

EBITDA AJUSTADO REDUZIU 9,6% NOS 9M18 e 27,3% NO 3T18 QUANDO COMPARADOS A 2017

- A redução do EBITDA Ajustado é explicada, basicamente, pela menor demanda de passageiros pagantes.
- Os Custos e Despesas Operacionais Ajustados dos 9M18 ficaram em linha com os 9M17, mas aumentaram na comparação do 3T18 *versus* 3T17, em razão do reajuste contratual de energia elétrica e negociação de acordo coletivo de trabalho.

LUCRO LÍQUIDO DOS 9M18 FOI DE R\$ 6,9 MILHÕES, REVERTENDO PREJUÍZO VERIFICADO NO MESMO PERÍODO DE 2017

- A melhora no Resultado Financeiro Líquido fez com que o prejuízo dos 9M17 fosse revertido para Lucro nos 9M18.
- No 3T18, o Prejuízo Líquido foi de R\$ 2,6 milhões, aumento de R\$ 0,3 milhão na comparação com o 3T17.

Indicadores Selecionados (Milhões)	3T18	3T17	▲	9M18	9M17	▲
PAX Pagantes - L1 e L2	43,1	46,0	-6,3%	129,0	137,6	-6,2%
Receita Líquida Ajustada ¹ (R\$)	190,3	200,1	-4,9%	566,2	588,4	-3,8%
EBITDA Ajustado ² (R\$)	57,8	79,5	-27,3%	184,6	204,3	-9,6%
Lucro/Prejuízo do Exercício (R\$)	(2,6)	(2,3)	8,7%	6,9	(8,6)	250,8%

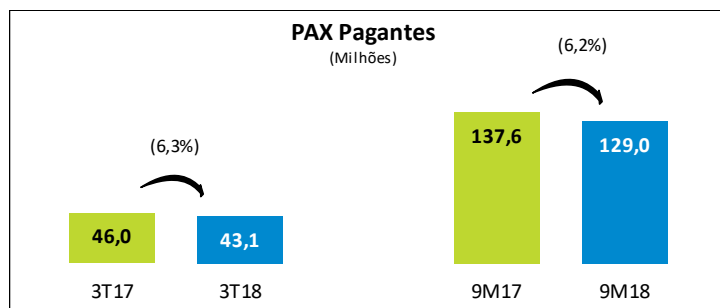
¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

² Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e Custo e Construção

Rio de Janeiro, 08 de novembro de 2018. A Concessionária Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio, empresa do Grupo Invepar, divulga os resultados do 3T18 e dos 9M18. Foram realizadas comparações com os mesmos períodos de 2017, conforme indicado. As informações são apresentadas com base em números extraídos das informações contábeis intermediárias revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.

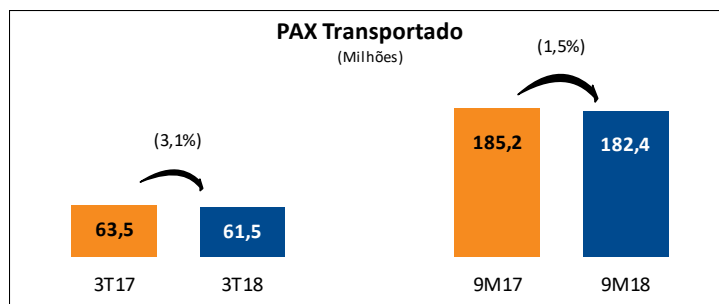
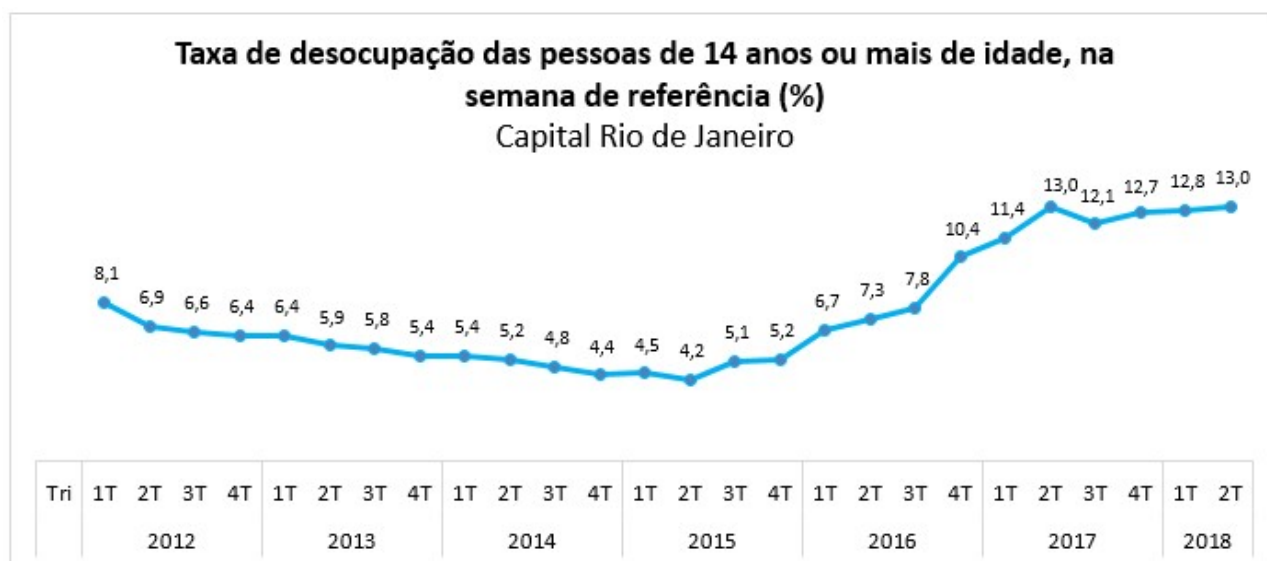
DESEMPENHO OPERACIONAL

Desempenho Operacional (Milhões)	3T18	3T17	▲	9M18	9M17	▲
MetrôRio – PAX Pagantes - L1 e L2	43,1	46,0	-6,3%	129,0	137,6	-6,2%
MetrôRio – PAX Transportados - L1, L2 e L4	61,5	63,5	-3,1%	182,4	185,2	-1,5%



No 3T18, as Linhas 1 e 2 do MetrôRio transportaram 43,1 milhões de passageiros pagantes, o que representa uma queda de 6,3% em relação ao 3T17. No acumulado de janeiro a setembro, verifica-se desempenho semelhante, com queda de 6,2% no volume de pagantes transportados, totalizando 129,0 milhões de passageiros.

Este comportamento de queda tem ocorrido devido à crise econômica que afeta o Estado e cidade do Rio de Janeiro. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego em agosto de 2018, apontam que de janeiro até agosto de 2018, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro apresentou redução de 14,8 mil postos formais de trabalho. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD do mesmo período aponta que a taxa da população desocupada do Estado do Rio de Janeiro permanece elevada, no patamar de 15,4%. Na capital, a taxa de desemprego subiu pelo 4º trimestre consecutivo e atingiu 13,0%, retomando o pior patamar da série histórica.



Em relação ao volume total de passageiros transportados (pagantes e não pagantes), verifica-se queda menos acentuada, explicada pelo volume de passageiros que trafegam pela Linha 4, que apresenta curva de demanda em crescimento, dado que está em período de maturação. No 3T18, as Linhas 1, 2 e 4 transportaram 61,5 milhões de

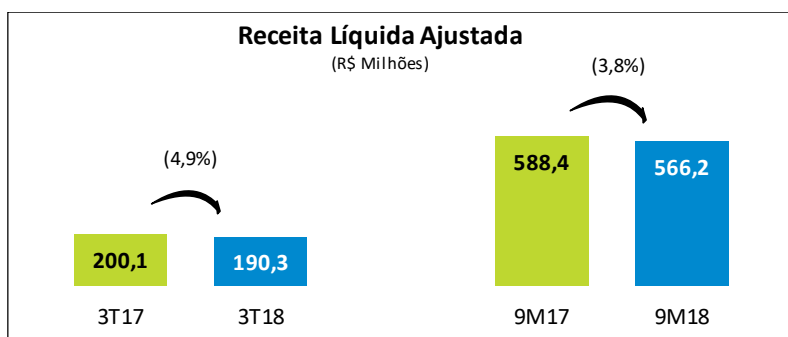
passageiros, uma queda de 3,1% em relação ao mesmo período de 2017. Em relação ao desempenho acumulado, foram 182,4 milhões de passageiros transportados nos 9M18, o que representou uma redução de 1,5% em relação aos 9M17.

DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R\$ Milhões)	3T18	3T17	▲	9M18	9M17	▲
Receita Bruta	196,0	215,5	-9,0%	583,2	639,3	-8,8%
Receitas Tarifárias	184,0	195,4	-5,8%	550,6	574,5	-4,2%
Receitas Não Tarifárias	12,0	10,5	13,3%	32,6	31,1	4,5%
Receita de Construção (IFRS)	-	9,6	n.m	-	33,7	n.m
Receita Bruta Ajustada¹	196,0	205,9	-4,8%	583,2	605,6	-3,7%
Deduções da Receita Bruta	(5,7)	(5,8)	0,0%	(17,0)	(17,2)	-1,2%
Receita Líquida Ajustada¹	190,3	200,1	-4,9%	566,2	588,4	-3,8%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção



A Receita Líquida Ajustada do 3T18 foi de R\$ 190,3 milhões, uma redução de 4,9% comparada ao 3T17. Em relação ao desempenho acumulado, a Receita Líquida Ajustada atingiu R\$ 566,2 milhões nos 9M18, o que representa uma queda de 3,8% frente ao ano anterior. Em ambos os períodos, essa redução é explicada pela queda do

número de passageiros em função das elevadas taxas de desemprego vivenciadas pelo Estado e Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Em contrapartida, a Receita Não Tarifária cresceu 13,3% no 3T18 frente ao 3T17. O aumento refere-se principalmente a arrecadação com “co-location”, rede 4G nos túneis e instalação de roteador de “wi-fi” nas estações metroviárias.

CUSTOS E DESPESAS

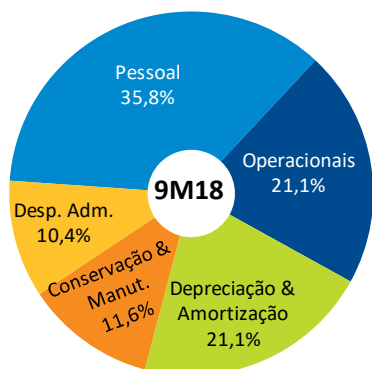
Custos e Despesas (R\$ Milhões)	3T18	3T17	▲	9M18	9M17	▲
Pessoal	(62,0)	(58,0)	6,7%	(173,2)	(188,8)	-8,3%
Conservação & Manutenção Operacionais	(18,8)	(16,8)	11,3%	(56,0)	(52,6)	6,3%
Despesas Administrativas	(35,0)	(30,7)	13,7%	(101,9)	(97,5)	4,5%
Depreciação & Amortização	(16,7)	(15,1)	10,6%	(50,4)	(45,2)	11,5%
Depreciação & Amortização	(35,0)	(33,4)	4,5%	(101,9)	(100,0)	1,8%
Custos & Despesas Operacionais Ajustadas¹	(167,4)	(154,0)	8,7%	(483,4)	(484,1)	-0,1%
Custo de Construção (IFRS)	-	(9,6)	n.m	-	(33,7)	n.m
Custos & Despesas Operacionais	(167,4)	(163,6)	2,3%	(483,4)	(517,8)	-6,6%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação ao Custo de Construção

Em 2016, a controladora Invepar iniciou processo de centralização e padronização de processos-chave no âmbito de Projeto de Transformação ainda em curso. Este projeto tem como objetivo a racionalização e concentração de atividades e áreas das empresas do Grupo Invepar, permitindo ganhos de escalas que impactam diretamente em maior eficiência nos custos e despesas.

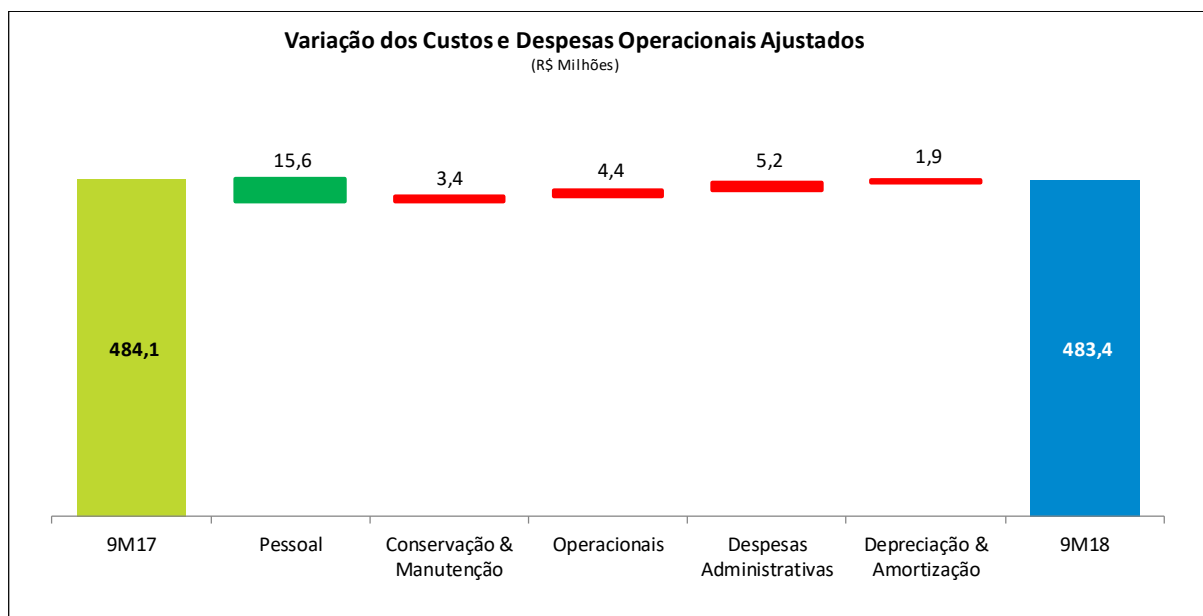
Os Custos e Despesas Operacionais Ajustados tiveram uma redução 0,1% (R\$ 0,7 milhão) nos 9M18 comparado aos 9M17. No resultado do 3º trimestre verifica-se aumento de 8,7% no 3T18 em relação ao 3T17.

Composição dos Custos e Despesas Operacionais Ajustados



Custos e Despesas com Pessoal reduziram nos 9M18, refletindo os efeitos do processo de centralização e padronização promovido pela controladora Invepar, enquanto no 3T18 houve aumento em função da negociação de acordo coletivo de trabalho. Conservação & Manutenção refletem a maior execução de serviços no Centro de Manutenção do MetrôRio. Custos Operacionais ficaram maiores devido aos reajustes nos contratos de fornecimento de energia elétrica. As Despesas Administrativas aumentaram em função de maiores custos com consultorias e gastos com Serviços Compartilhados, prestados pela Matriz. Depreciação & Amortização de investimentos realizados em períodos anteriores fizeram com que esta linha aumentasse entre os períodos analisados.

Variação dos Custos e Despesas Operacionais Ajustados
(R\$ Milhões)

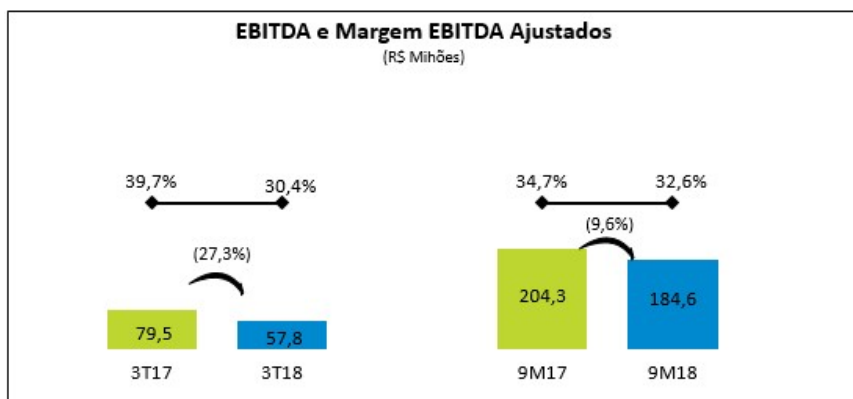


EBITDA E MARGEM EBITDA

EBITDA e Margem EBITDA (R\$ Milhões)	3T18	3T17	▲	9M18	9M17	▲
EBIT	22,9	46,1	-50,5%	82,8	104,3	-20,7%
(+) Depreciação & Amortização	35,0	33,4	4,5%	101,9	100,0	1,8%
EBITDA¹	57,8	79,5	-27,3%	184,6	204,3	-9,6%
Ajustes	-	-	n.m.	-	-	n.m.
(-) Receita de Construção (IFRS)	-	(9,6)	n.m.	-	(33,7)	n.m.
(+) Custo de Construção (IFRS)	-	9,6	n.m.	-	33,7	n.m.
EBITDA Ajustado²	57,8	79,5	-27,3%	184,6	204,3	-9,6%
Receita Líquida Ajustada	190,3	200,1	-4,9%	566,2	588,4	-3,8%
Margem EBITDA (%) Ajustada	30,4%	39,7%	-9,3 p.p	32,6%	34,7%	-2,1 p.p

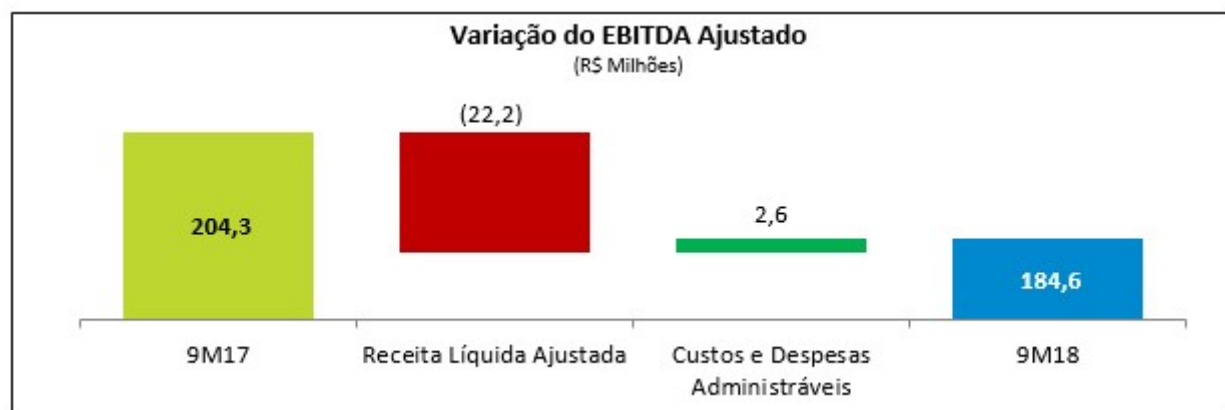
¹ Instrução CVM Nº527/12

² Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e Custo de Construção



O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 184,6 milhões nos 9M18, uma redução de 9,6% em relação aos 9M17. Esta redução ocorreu, principalmente, pela perda de 3,8% na Receita Líquida. A Margem EBITDA Ajustada atingiu 32,6%, uma variação negativa de 2,1 p.p. no mesmo período. Na comparação dos resultados do 3T18 e 3T17, verifica-se queda

de 27,3% no EBITDA Ajustado, explicada pela redução de 4,9% na Receita Líquida e pelo aumento de 8,7% nos Custos e Despesas Operacionais.



RESULTADO FINANCEIRO

Resultado Financeiro (R\$ Milhões)	3T18	3T17	▲	9M18	9M17	▲
Resultado Financeiro Líquido	(27,2)	(49,4)	-44,7%	(76,2)	(114,0)	-32,7%
Receitas Financeiras	9,2	2,3	300,0%	29,7	15,8	88,0%
Juros	9,0	2,4	270,8%	22,8	9,4	144,1%
Variação monetária e cambial	0,2	(0,1)	-300,0%	6,9	6,5	7,8%
Despesas Financeiras	(36,4)	(51,7)	-29,7%	(105,9)	(129,8)	-18,5%
Juros	(34,0)	(23,5)	44,7%	(91,9)	(92,5)	-0,5%
Operações de Hedge	0,0	(5,7)	n.m	(3,3)	(12,3)	-73,8%
Variação monetária e cambial	(2,0)	(9,2)	-79,3%	(8,5)	(22,1)	-62,0%
Outros	(0,4)	(13,2)	-97,0%	(2,2)	(2,9)	-24,1%

Nos 9M18, o Resultado Financeiro Líquido do MetrôRio apresentou uma melhora de 32,7% em relação aos 9M17. O resultado trimestral também melhorou, com ganho de 44,7% na comparação do 3T18 com o 3T17.

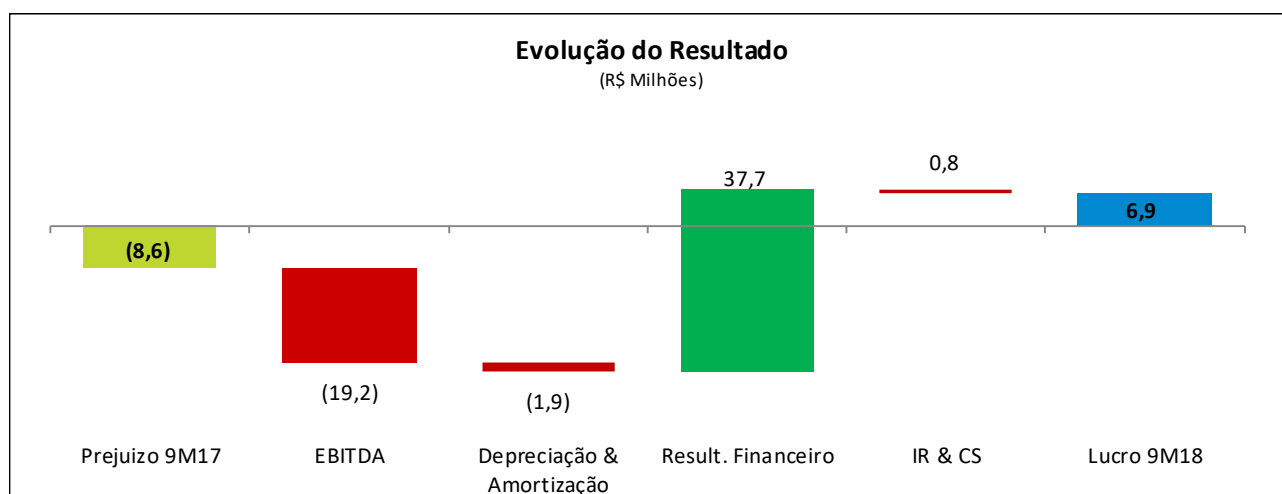
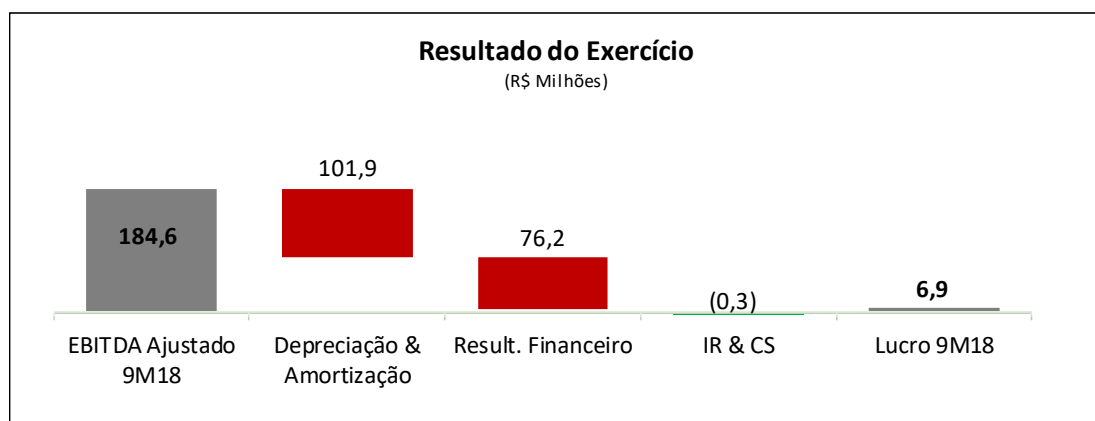
Inflação, Câmbio e Juros	9M18	9M17	▲
Dólar Final do Período	4,00	3,17	26,2%
CDI Final do Período	6,39%	8,14%	-21,5%
CDI Acumulado Últimos 12 meses	6,65%	11,54%	-42,4%
TJLP Final do Período	6,56%	7,00%	-6,3%
TJLP Média Últimos 12 meses	6,73%	7,25%	-7,2%
TR Final do Período	0,00%	0,00%	-
TR Média Últimos 12 meses	0,00%	0,00%	-

- **Receitas Financeiras:** O aumento tanto no 3T18 quanto nos 9M18 é explicado pelos maiores ganhos com variação cambial sobre aplicação financeira (fundo cambial - FIC) e com rentabilidade das aplicações, dada a maior posição de caixa.
- **Despesas Financeiras:** A valorização do Dólar ao final do 3T18, beneficiou o resultado com Operações de *Hedge*. As variações monetária e cambial melhoraram devido à redução do passivo designado para contingências. Juros reduziram ligeiramente, principalmente em função da redução do montante principal das dívidas.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Resultado do Exercício (R\$ Milhões)	3T18	3T17	▲	9M18	9M17	▲
Lucro/Prejuízo do Exercício	(2,6)	(2,3)	8,7%	6,9	(8,6)	-180,2%

Nos 9M18, o MetrôRio apurou Lucro Líquido de R\$ 6,9 milhões, revertendo prejuízo de R\$ 8,6 milhões registrado no mesmo período de 2017, refletindo a estabilidade em custos e despesas e o melhor Resultado Financeiro Líquido. O resultado do 3T18 foi de Prejuízo de R\$ 2,6 milhões, superior aos R\$ 2,3 milhões registrado no 2T17.

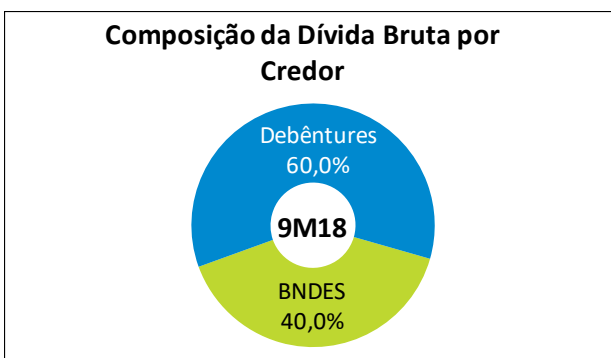
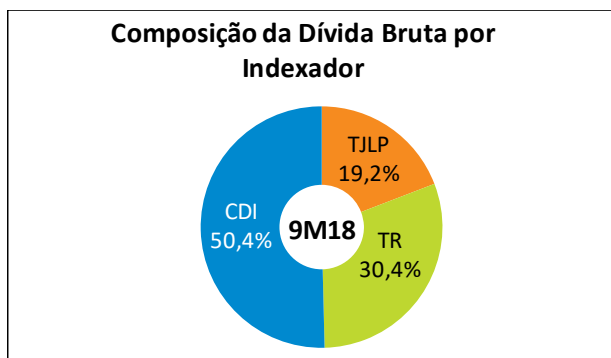


DISPONIBILIDADES E ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R\$ Milhões)	9M18	9M17	▲
Dívida Bruta	(1.116,1)	(1.012,3)	10,3%
Curto Prazo	(89,0)	(468,9)	-81,0%
Empréstimos e Financiamentos	(47,5)	(170,8)	-72,2%
Debêntures	(41,4)	(298,1)	-86,1%
Longo Prazo	(1.027,2)	(543,4)	89,0%
Empréstimos e Financiamentos	(384,1)	(432,4)	-11,2%
Debêntures	(643,1)	(111,0)	479,4%
Disponibilidades	261,7	104,1	151,4%
Caixa e equivalentes de caixa	195,5	15,8	1136,7%
Aplicações Financeiras	66,2	88,3	-25,0%
Dívida Líquida	(854,4)	(908,2)	-5,9%

A Dívida Bruta do MetrôRio ao final dos 9M18 foi de R\$ 1,1 bilhão. Neste mesmo período, a Companhia fez a sua 8ª emissão de Debêntures, no valor de R\$ 550,0 milhões e com vencimento em 2023. A maior parte dos recursos

obtidos com esta emissão foi empregado na liquidação de outras dívidas, como a 6ª e 7ª emissões de debêntures. Assim, o impacto final na Dívida Bruta foi de 10,3% quando comparado ao montante dos 9M17. No mesmo período, houve redução de 5,9% na Dívida Líquida, registrando R\$ 854,4 milhões.



PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Nos 9M18, foram investidos R\$ 38,9 milhões, com destaque para os seguintes projetos: Programa Zona de Manobra na Pavuna, Obras de Artes Especiais – Viadutos Linha 2, Material de Unidade Rotativa para os trens CRC e Revitalização de Material Rodante, com foco na recuperação de truques.

R\$ Milhões	9M18	9M17	▲
Adição ao Imobilizado	5,0	9,3	-46,2%
Adição ao Intangível (Software & Outros)	0,2	0,9	-88,9%
Investimentos na Concessão	35,5	33,9	4,7%
(-) Transações não Caixa	(1,8)	(7,4)	-77,0%
Total Investido	38,9	36,6	6,3%



SOBRE A COMPANHIA

METRÔRIO

Inaugurado em março de 1979, o metrô do Rio de Janeiro começou transportando meio milhão de pessoas, em uma média diária de 60 mil usuários. Em 1998, a empresa MetrôRio assumiu a administração e a operação das Linhas do metrô carioca e em dezembro de 2009 passou a fazer parte do Grupo Invepar.



O MetrôRio é o concessionário e tem sob seu controle a administração, manutenção e operação das Linhas 1 (laranja) e 2 (verde) com um total de 36 estações do sistema metroviário do Rio de Janeiro e 42 quilômetros de extensão, além de ser o operador e mantenedor da Linha 4 (amarela), embora não sendo o concessionário, com 12,7 quilômetros de extensão e 5 estações. Em 2007, o poder concedente estendeu o prazo de concessão do MetrôRio em 20 anos. Com isso, a empresa passou a ter como obrigação contratual investir mais de R\$ 1 bilhão no sistema de metrô. Foi como consequência desse movimento, por exemplo,

que o MetrôRio adquiriu os 19 novos trens, cuja entrada em operação se deu em 2013. Em 2014, a empresa concluiu suas obrigações contratuais de investimentos relacionadas à extensão do contrato.

SOBRE A INVEPAR

Um dos maiores grupos de infraestrutura do Brasil, a Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – Invepar, atua no segmento de infraestrutura em transportes, com foco em gestão e operação de rodovias, sistemas de mobilidade urbana e aeroportos.

DEPARTAMENTO DE RI



DRI@metrorio.com.br



+55 21 2211 1300

Diretor de Relações com Investidores

Charles de Sirovy

Relações com Investidores

Nilton Pimentel

Aline Campos

Rafael Rondinelli

Lívia Bragança

ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do Resultado (R\$ Milhões)	3T18	3T17	▲	9M18	9M17	▲
Receita Bruta	196,0	215,5	-9,0%	583,2	639,3	-8,8%
Receitas com Pedágio	184,0	195,4	-5,8%	550,6	574,5	-4,2%
Receitas Acessórias	12,0	10,5	13,3%	32,6	31,1	4,5%
Receita de Construção (IFRS)	-	9,6	n.m	-	33,7	n.m
Deduções da Receita Bruta	(5,7)	(5,8)	-1,7%	(17,0)	(17,2)	-1,2%
Receita Líquida	190,3	209,7	-9,3%	566,2	622,1	-9,0%
Custos & Despesas	(167,4)	(163,6)	2,3%	(483,5)	(517,8)	-6,6%
Pessoal	(62,0)	(58,0)	6,7%	(173,2)	(188,8)	-8,3%
Conservação & Manutenção	(18,8)	(16,8)	11,3%	(56,0)	(52,6)	6,3%
Operacionais	(35,0)	(30,7)	13,7%	(101,9)	(97,5)	4,5%
Despesas Administrativas	(16,7)	(15,1)	10,6%	(50,4)	(45,2)	11,5%
Custo de Construção (IFRS)	-	(9,6)	n.m	-	(33,7)	n.m
Depreciação & Amortização	(35,0)	(33,4)	4,5%	(101,9)	(100,0)	1,8%
RESULTADO OPERACIONAL	22,8	46,1	-50,5%	82,7	104,3	-20,7%
Resultado Financeiro Líquido	(27,2)	(49,3)	-45,0%	(76,2)	(113,9)	-33,1%
Receitas Financeiras	9,2	2,3	300,0%	29,7	15,8	88,0%
Juros ativos	0,1	0,4	-75,0%	0,1	0,7	-85,7%
Juros sobre aplicações financeiras	8,8	2,0	340,0%	22,6	8,7	162,8%
Variação monetária ativa	(6,1)	0,8	-862,5%	0,6	3,4	-84,8%
Variações cambiais ativas	6,4	(0,9)	-800,0%	6,4	3,1	103,2%
Despesas Financeiras	(36,4)	(51,7)	-29,7%	(105,9)	(129,8)	-18,5%
Comissões e despesas bancárias	(1,6)	(0,4)	400,0%	(1,6)	(1,0)	50,0%
Juros passivos	23,4	(14,7)	-258,5%	(34,5)	(61,8)	-44,2%
Operações de Hedge	0,0	(5,7)	-100,0%	(3,3)	(12,3)	-73,8%
Variação monetária passiva	2,6	(7,0)	-137,7%	(3,9)	(15,1)	-74,8%
Variações cambiais passivas	(4,6)	(2,2)	104,5%	(4,6)	(7,0)	-35,7%
Juros sobre debêntures	(57,4)	(8,8)	552,3%	(57,4)	(30,6)	87,6%
Outros	1,2	(12,9)	-108,6%	(0,6)	(1,9)	-66,7%
RESULTADO ANTES DE IR & CSL	(4,3)	(3,2)	34,4%	6,5	(9,6)	-168,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	-	(1,7)	-100,0%	3,6	(1,6)	-340,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	1,7	2,7	-34,6%	(3,2)	2,6	-228,0%
IR & CSL	1,7	1,0	88,9%	0,4	1,0	-55,6%
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(2,6)	(2,3)	18,2%	6,9	(8,6)	-181,2%

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo (em R\$ Milhões)	3T18	4T17
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	195,5	58,2
Aplicações financeiras	62,7	44,5
Créditos a receber	11,2	10,8
Estoques	57,9	56,0
Impostos a recuperar	15,3	4,1
Adiantamentos	20,5	20,8
Partes relacionadas	0,5	0,5
Outros	0,5	0,5
Total do Circulante	364,0	195,3
Ativo não Circulante		
Aplicações financeiras	3,5	3,4
Partes relacionadas	10,5	10,5
Créditos a receber	11,3	10,2
Impostos a recuperar	1,0	-
Impostos diferidos ativos	32,2	35,5
Depósitos judiciais	56,8	51,5
Imobilizado	33,6	37,8
Intangível	2.164,9	2.221,8
Total do Não Circulante	2.313,8	2.370,7
TOTAL DO ATIVO	2.677,8	2.566,1

Passivo (em R\$ Milhões)	3T18	4T17
Passivo Circulante		
Fornecedores	38,3	56,3
Empréstimos e financiamentos	47,5	151,4
Debêntures	41,4	296,0
Impostos a recolher	2,7	4,0
Obrigações com empregados e administradores	35,6	36,1
Concessão de serviço público	2,2	1,9
Adiantamentos de clientes	34,8	30,6
Partes relacionadas	26,3	9,4
Instrumentos financeiros derivativos	-	20,3
Total do Circulante	228,8	606,0
Passivo Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	384,1	442,7
Debêntures	643,1	107,1
Impostos a recolher	0,2	0,2
Concessão de serviço público	42,4	40,2
Prov. obrigações legais vinculadas a processos judiciais	25,6	23,8
Receita diferida	0,9	1,0
Outros	1,9	1,3
Total do Não Circulante	1.098,2	616,2
TOTAL DO PASSIVO	1.327,1	1.222,2
Patrimônio Líquido		
Capital social	1.344,2	1.344,2
Resultado acumulado exercícios anteriores	(7,8)	-
Resultado do exercício	8,7	(6,1)
Reserva de lucros	5,8	5,8
Total do Patrimônio Líquido	1.350,8	1.343,9
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.677,8	2.566,1

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔRIO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Operações da Companhia

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“MetrôRio” ou “Companhia”) foi constituída sob a forma de “sociedade por ações” em 20 de agosto de 2008, com prazo indeterminado, tendo por objeto a prestação de serviços de transporte metroviário no Rio de Janeiro, podendo manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do país ou do exterior. A Companhia tem sede na Avenida Presidente Vargas 2.000, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia possui registro como Companhia Aberta junto a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, mas não possui ações negociadas em Bolsa de Valores.

Com o processo de otimização da estrutura societária ocorrido em 2009, a Companhia passou a ser uma empresa de transporte urbano de passageiros. O MetrôRio detém o direito exclusivo de operar e explorar as concessões das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro por meio da arrecadação derivada da venda de passagens de diversos serviços, inclusive de viagens integradas com operadoras de outros modais de transporte, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ no 01/97-Metrô, do respectivo Contrato de Concessão e de seus aditivos, esses últimos firmados entre o MetrôRio e o Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente).

Além da receita com passagens, o MetrôRio faz jus a receitas acessórias, dentre as quais, de exploração comercial de espaços disponíveis nas áreas objeto da concessão, podendo participar como sócia ou acionista em outras sociedades, desde que estas atividades complementares não afetem adversamente a prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros.

A Companhia é controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar, que detém a totalidade do capital.

O MetrôRio é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metroviário do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Poder Concedente transferiu ao MetrôRio a posse dos bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens, sendo responsabilidade do MetrôRio zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos.

Em 27 de dezembro de 2007, o MetrôRio firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolutiva, até 27 de janeiro de 2038.

A prorrogação da concessão se deu em contrapartida a: (i) investimentos a serem realizados pelo MetrôRio, a título de pagamento da outorga da concessão, na implementação de novas estações metroviárias, aquisição de novos trens e modernização das operações; (ii) composição de litígios até então existentes entre a Concessionária, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia

do Metropolitano do Rio de Janeiro - CMRJ (em liquidação) e a Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS; e (iii) assunção de obrigações de parte a parte, tais como: Concessionária: prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários; manter, durante todo o período da concessão, pessoal técnico e administrativo, próprio ou de terceiros, legalmente habilitado; prestar contas da gestão do serviço à AGETRANSP e aos usuários, manter os seguros compatíveis com suas responsabilidades para com o Estado; zelar pela integridade dos bens vinculados à concessão; Estado: regulamentar os serviços concedidos; intervir na concessão para garantir a adequada prestação dos serviços; reajustar e revisar a tarifa básica; indenizar a concessionária por perdas que venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e em razão da falta de reajuste ou revisão das tarifas; entregar à Concessionária toda documentação técnica, aí incluídos lista de bens reversíveis; autorizar a Concessionária, com recursos financeiros próprios, a importar e/ou adquirir os bens considerados reversíveis.

No evento da extinção do Contrato de Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, bem como direitos e privilégios vinculados à Concessão. O MetrôRio terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos que ele tenha feito ao longo do período em que explorar a respectiva Concessão, respeitando os termos do Parágrafo 22º, da Cláusula 17ª do Aditivo.

O Contrato de Concessão foi classificado como ativo intangível à medida em que a Companhia possui o direito de cobrar pela prestação dos serviços públicos. Este direito não constitui direito incondicional de receber caixa, uma vez que os valores a serem recebidos derivam da utilização dos serviços públicos prestados pela Companhia.

O Contrato de Concessão determinava, e o Aditivo manteve, no mês de abril, o reajuste anual da tarifa unitária de acordo com a variação do Índice Geral de Preços-Mercado ("IGP-M"), conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

Em julho de 2013 foi assinado o contrato de Operação e Manutenção (OeM), firmado entre o MetrôRio, MetrôBarra, Concessionária Rio Barra (CRB) e o poder concedente (interveniente), onde o MetrôRio fica incumbido de executar a operação e manutenção da Linha 4 (trecho General Osório 2 até Jardim Oceânico) após o término das obras civis, o término das instalações dos sistemas de sinalização e da aquisição dos trens. Tal contrato, regula a operação e manutenção da Linha 4 e define a remuneração da Companhia para este serviço.

Em 1 de agosto de 2016 ocorreu o início da Operação Especial Olímpica na Linha 4 para portadores de ingressos que possuíam o Cartão Olímpico e Família Olímpica: atletas, organizadores e imprensa oficial dos Jogos Olímpicos. Em 19 de setembro de 2016, a Linha 4 entrou em operação para o público em geral. A Linha 4 tem a extensão atualmente de 12,7 km e liga o Jardim Oceânico, na Barra da Tijuca (Zona Oeste), à Estação General Osório, em Ipanema (Zona Sul). A entrada em operação da Linha 4 efetivou o contrato de Operação e Manutenção.

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia possui capital circulante líquido positivo de R\$135.191 (R\$410.513, negativo, em 31 de dezembro de 2017).

1.2. Diligência em Acionistas, Controladora e Partes Relacionadas

No dia 5 de setembro de 2016 foram cumpridos mandados de busca e apreensão na sede da

controladora Invepar e na sede da coligada GRUPAR, no âmbito da “Operação Greenfield”. A Invepar celebrou, em 13 de setembro de 2016, Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal, com a finalidade de colaborar com as investigações. Até onde é do conhecimento da Administração da Invepar, as investigações prosseguem, mantendo a Companhia, no entanto, seu curso normal de negócios.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS (INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS)

A Administração da Sociedade autorizou a conclusão da preparação destas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) em 08 de novembro de 2018, que compreendem:

As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não tiveram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (doravante denominadas de “Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2017”), publicadas na imprensa oficial em 23 de março de 2018.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017.

2.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas.

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

IFRS 16/CPC 06(R2) – Leasing: Estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 substitui a IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações, no Brasil essas alterações foram tratadas como revisão do CPC 06. A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas informações contábeis intermediárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado
	30/09/2018	31/12/2017	31/12/2017
Caixa e bancos	12.471	15.960	15.962
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	7.815	10.948	10.948
Fundo MOVER (b)			

Letras financeiras de tesouro	152.228	25.334	25.334
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	5.387	5.971	5.971
Certificado de depósito bancário - CDB	17.579	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	<u>195.480</u>	<u>58.213</u>	<u>58.215</u>

- (a) A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. Tais aplicações financeiras podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a três meses da data das respectivas aplicações. A rentabilidade destas aplicações são em média de 98,92% do CDI (93,16% do CDI em 31 de dezembro de 2017) para os CDBs e 99,16% do CDI para as demais aplicações.
- (b) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Fazem parte deste fundo, além da INVEPAR, CLN, METRÔRIO, METROBARRA, VIA040, CART e a LAMSA. A rentabilidade do fundo é equivalente a 99,09% do CDI (98,87% do CDI em 31 de dezembro de 2017).

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Taxa do CDI	Indexador	Controladora		Consolidado
			30/09/2018	31/12/2017	31/12/2017
Aplicações financeiras:					
Fundo cambial exclusivo (a)		DÓLAR	54.354	44.522	44.522
Aplicação financeira CDB			8.357	-	-
Total circulante			<u>62.711</u>	<u>44.522</u>	<u>44.522</u>
Aplicações financeiras vinculadas:					
Certificado de depósitos bancários - CDB	96,50%	DI	3.518	3.421	3.421
Total não circulante (b)			<u>3.518</u>	<u>3.421</u>	<u>3.421</u>
Aplicações financeiras			<u>66.229</u>	<u>47.943</u>	<u>47.943</u>

(a) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) devem ser alocados em conta bancária específica para este fim e podem ser resgatados antes do vencimento.

(b) As aplicações financeiras de longo prazo somam R\$3.518 e estão vinculadas a processos judiciais, garantia de empréstimos e financiamentos e do contrato de concessão.

De acordo com os termos da Cláusula 8ª, Parágrafo 3º, do Sexto Termo Aditivo, em 30 de setembro de 2018, a Companhia registrou o saldo de Modicidade tarifária, em conta contábil específica, para fins de fiscalização do Estado, o montante destinado para realização de melhorias extraordinárias no sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro, no total de R\$17.124.

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado
	30/09/2018	31/12/2017	31/12/2017
Circulante			
Venda de passagens (a)	8.042	6.984	6.984
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (b)	9.699	9.154	9.154
Outros títulos a receber	251	732	732
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (b)	(6.775)	(6.053)	(6.053)
Créditos a receber circulante – líquido	11.217	10.817	10.817
Não circulante			
Recebíveis do GERJ (c)	13.973	12.735	12.735
Outros títulos a receber (a)	3.070	3.069	3.069
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (c)	(5.694)	(5.694)	(5.694)
Valores a receber – ET-Pós			
Recebíveis do GERJ (d)	15.182	14.939	14.939
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (d)	(15.182)	(14.874)	(14.874)
Créditos a receber não circulante - líquido	11.349	10.175	10.175
Total do contas a receber	22.566	20.992	20.992

Os valores relativos a créditos a receber são:

(a) Receita de passagens a receber da Fetranspor, integrações, Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Não constituímos provisão para a parcela da receita referente aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, devido o reconhecimento da dívida por parte do Comitê dos Jogos em questão e portanto perspectiva de recebimento;

(b) Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios);

(c) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes a gratuidade estudantil, Jornada Mundial da Juventude (JMJ), Copa das Confederações e Copa do Mundo. As gratuidades estudantis vêm sendo recebidas parcialmente. No entanto, todos os valores em aberto encontram-se em negociação com o Estado, via Revisão Quinquenal (prevista no contrato de concessão), ou por vias administrativas.

(d) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes aos processos ET-Pós, conforme exigência 6º termo aditivo da Concessão. O descasamento entre a parcela reconhecida e provisionada existe devido o custeio dos processos, que são incorporados e posteriormente avaliados quanto a sua recuperabilidade e devidamente provisionado, se aplicável.

	Total	Perdas estimadas pra crédito de liquidação duvidosa	Saldo a vencer e sem perda por redução de valor recuperável	< 30 dias	31 - 60 dias	61 – 90 dias	91 - 120 dias	121-150 dias	151-180 dias	> 180 dias
30 de setembro de 2018	35.035	(12.469)	2.505	5.255	116	2.313	451	366	178	23.851*
31 de dezembro de 2017	32.674	(11.747)	9.564	286	110	279	-	102	101	22.232*

* Demonstrado eliminando o impacto dos montantes de valores a receber referentes aos processos ET-Pós demonstrados na nota 5(d).

Em 30 de setembro de 2018 as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	30 de setembro de 2018						
	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	121 - 150 dias	151 - 180 dias	> 180 dias
(12.469)	(100)	-	(193)	(22)	(20)	(145)	(11.989)

Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	31 de dezembro de 2017						
	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias
(11.747)	-	-	-	(158)	(102)	(100)	(11.387)

	Controladora		Consolidado
	30/09/2018	31/12/2017	31/12/2017
Movimentação nas perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa			
Saldo no início do exercício	(11.747)	(9.424)	(9.424)
Adições	(2.193)	(24.142)	(24.142)
Reversões	1.470	6.853	6.853
Baixas	1	14.966	14.966
Saldo no fim do exercício	(12.469)	(11.747)	(11.747)

Estado do Rio de Janeiro - Gratuidades a compensar - Lei nº 4.510/05 e Lei nº 5.359/08

Em 23 de dezembro de 2008, através da Lei nº 5.359/08, o Governo do Estado do Rio de Janeiro alterou o Art. 6º da Lei nº 4.510/05, onde definiu que a isenção concedida por essa Lei será custeada diretamente pelo Estado, por meio de repasse de verba da Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria de Estado de Assistência Social e de Direitos Humanos, em procedimento a ser regulamentado pelo Poder Executivo. Adicionalmente, a Lei nº 5.359/08 estabeleceu que o valor de R\$1,00, correspondente ao valor de cada viagem realizada, será atualizado na mesma data e na mesma proporção da tarifa praticada nas linhas e serviços de transportes coletivos de passageiros do Estado do Rio de Janeiro. A Companhia encontra-se no aguardo da publicação do referido regulamento, notadamente no que se refere ao ressarcimento do vale social.

6. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado
	30/09/2018	31/12/2017	31/12/2017
Materiais auxiliares, de manutenção e bilhetes	57.895	55.974	55.974
Total	57.895	55.974	55.974

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado
	30/09/2018	31/12/2017	31/12/2017
Antecipação do imposto de renda e contribuição social	6.702	-	-
Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social	5.658	740	740
PIS e COFINS	3.751	2.318	2.318
Outros	170	1.048	1.048
Total	16.281	4.106	4.106
Circulante	15.300	4.106	4.106
Não Circulante	981	-	-
Total	16.281	4.106	4.106

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

	30/09/2018	31/12/2017
<u>Natureza</u>		
Prejuízo fiscal	1.424	-
Base negativa de contribuição social	858	-
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	9.402	9.050
Ajuste de redução do valor recuperável	4.588	4.588
Provisão para riscos	8.714	8.084
Provisão para participação nos lucros	3.214	4.875
Provisões não dedutíveis	6.326	6.609
Amortização do ágio abr a nov/09	5.068	5.262
Variação cambial e <i>hedge</i> não realizados	(797)	1.745
Custo de captação de dívida (Lei 12.793)	(1.983)	-
Reembolso de gratuidade	(1.660)	(1.660)
Amortização de direito de concessão	(5.581)	(5.798)
Custo de captação de dívida	(88)	(114)
Outros	2.707	2.813
	32.192	35.454
Impostos diferidos – Ativo	42.301	43.026
Impostos diferidos – Passivo	(10.109)	(7.572)

A Administração da Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados, conforme demonstrado a seguir:

<u>Anos</u>	<u>30/09/2018</u>
2019	4.236
2020	7.698
2021	8.271
2022	925
2023 a 2025	2.775
2026 e 2027	18.396
Total dos ativos fiscais diferidos	42.301
Total dos passivos fiscais diferidos	(10.109)
Total dos impostos diferidos	32.192

c) Tributos a recolher

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto de renda e contribuição social	-	1.175	1.175
PIS e COFINS	434	475	475
ISS	1.284	1.250	1.250
IRRF e CSRF	262	323	323
Taxa AGETRANSP-RJ	287	437	437
INSS sobre terceiros	334	307	307
Outros	71	30	30
Circulante	2.672	3.997	3.997
PIS e COFINS	187	187	187
Não circulante	187	187	187

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>Controladora e Consolidado</u>			
	<u>01/01/2018</u>	<u>01/01/2017</u>	<u>01/07/2018</u>	<u>01/07/2017</u>
	<u>a</u>	<u>a</u>	<u>a</u>	<u>a</u>
	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
(Prejuízo)/Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	6.591	(9.572)	(4.365)	(3.419)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(2.241)	3.254	1.484	1.162
Adições permanentes	(1.109)	(2.303)	256	(42)
Apropriação de créditos extemporâneos (*)	3.683	-	-	-
Outros	-	47	-	47
	333	998	1.740	1.167

Imposto de renda e contribuição social corrente	3.595	(1.592)	-	(1.592)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(3.262)</u>	<u>2.590</u>	<u>1.740</u>	<u>2.759</u>
Total dos impostos no resultado	333	998	1.740	1.167

(*) Crédito extemporâneo apropriados em 2018, cuja a contrapartida foi impostos a recuperar.

8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre partes relacionadas sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou companhias sob controle comum, são efetuadas às taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrerem para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

		Controladora					
		30/09/2018					
Parte relacionada	Transação	Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receita	Despesa
GRU AIRPORT	Nota de débito (d)	457	-	-	-	-	-
CART	Nota de débito (d)	-	100	-	-	-	-
LAMSA	Debêntures (b)	-	-	12.848	98.497	-	(7.928)
LAMSA	Nota de débito (d)	-	-	33	-	4	-
INVEPAR	Nota de débito (a)	-	-	26.293	-	-	(15.298)
INVEPAR	Dividendos	-	-	3	-	-	-
METROBARRA	Nota de débito (c)	-	10.357	-	-	-	-
		<u>457</u>	<u>10.457</u>	<u>39.177</u>	<u>98.497</u>	<u>4</u>	<u>(23.226)</u>
		Controladora e Consolidado					
		31/12/2017				30/09/2017	
		Ativo		Passivo		Resultado	

Parte relacionada	Transação	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receita	Despesa
GRU AIRPORT	Nota de débito (d)	457	-	-	-	-	-
CART	Nota de débito (d)	-	100	-	-	-	-
LAMSA	Debêntures (b)	-	-	13.964	107.063	-	(5.842)
LAMSA	Nota de débito (d)	-	-	33	-	-	-
INVEPAR	Nota de débito (a)	-	-	9.365	-	-	(16.363)
INVEPAR	Dividendos	-	-	3	-	-	-
METROBARRA	Nota de débito (c)	-	10.357	-	-	647	-
		<u>457</u>	<u>10.457</u>	<u>23.365</u>	<u>107.063</u>	<u>647</u>	<u>(22.205)</u>

(a) Nota de débito: São serviços compartilhados referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas que são repassados através de critérios de rateio os quais são normalmente liquidados dentro do próprio mês ou mês subsequente. Por este motivo não são acruados juros.

(b) Debêntures: Conforme descrito na nota explicativa 13 em 31 de julho de 2012 a Companhia efetuou emissão de debêntures no montante de R\$154.170, adquiridas pela parte relacionada LAMSA.

Estas debêntures farão jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% a.a., até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplimento, conforme o caso).

O prazo de vencimento das Debêntures será de 178 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2027. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive.

(c) Nota de débito: locação de espaço físico e folha de pagamento.

(d) Nota de débito: transações diversas entre as Companhias do Grupo.

Remuneração dos Administradores

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, está composta por honorários, gratificações, assistência médica e dentária, como demonstrado no quadro a seguir:

	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Pró-labore	2.429	2.192
Bônus	3.837	1.868
Encargos	693	513
Benefício pós emprego	138	-
Outros benefícios	233	259
Total	<u>7.330</u>	<u>4.832</u>

Em 24 de abril de 2018 foi aprovado em ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$ 8.849.

Na eleição do Conselho de Administração, ocorrida em 29 de abril de 2016, para um mandato de dois anos (2016-2018). Os conselheiros renunciam qualquer remuneração pelo exercício da função, conforme termos de renúncia de remuneração assinada pelos mesmos.

9. IMOBILIZADO

		Controladora				
	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências (*)	30/09/2018
Custo						
Máquinas e equipamentos	12,60%	52.734	3.763	-	-	56.497
Móveis e utensílios	10%	8.780	769	-	-	9.549
Veículos	20%	1.823	-	(2)	-	1.821
Equipamentos de computação	20%	17.680	474	-	-	18.154
		<u>81.016</u>	<u>5.006</u>	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>86.020</u>
Depreciação						
Máquinas e equipamentos		(25.327)	(5.403)	-	-	(30.731)
Móveis e utensílios		(7.086)	(1.071)	-	-	(8.157)
Veículos		(1.139)	(24)	-	-	(1.163)
Equipamentos de computação		<u>(9.631)</u>	<u>(2.726)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12.357)</u>
Depreciação acumulada		<u>(43.183)</u>	<u>(9.224)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(52.407)</u>
Imobilizado líquido		<u>37.833</u>	<u>(4.218)</u>	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>33.613</u>

		Controladora e Consolidado				
	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/12/2017
Custo						
Máquinas e equipamentos	12,60%	47.958	2.949	(8)	1.835	52.734
Móveis e utensílios	10%	6.307	804	(56)	1.725	8.780
Veículos	20%	1.823	-	-	-	1.823
Equipamentos de computação	20%	15.113	1.069	(29)	1.527	17.680
		<u>71.201</u>	<u>4.822</u>	<u>(93)</u>	<u>5.087</u>	<u>81.017</u>
Depreciação						
Máquinas e equipamentos		(19.030)	(6.305)	8	-	(25.327)
Móveis e utensílios		(3.379)	(3.742)	35	-	(7.086)
Veículos		(1.111)	(28)	-	-	(1.139)
Equipamentos de computação		<u>(6.879)</u>	<u>(2.780)</u>	<u>28</u>	<u>-</u>	<u>(9.631)</u>
Depreciação acumulada		<u>(30.399)</u>	<u>(12.855)</u>	<u>71</u>	<u>-</u>	<u>(43.183)</u>
Imobilizado líquido		<u>40.802</u>	<u>(8.033)</u>	<u>(22)</u>	<u>5.087</u>	<u>37.834</u>

(*) Transferência para o ativo intangível para melhor classificação.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para

redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 30 de setembro de 2018.

10. INTANGÍVEL

Controladora					
	Taxas anuais de amortização %	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências*
Custo					
Direito de concessão (a)	(**)	1.326.979	16.261	-	-
Investimento na concessão (b)	(**)	1.955.199	19.267	-	-
Direito de software	20%	16.651	159	-	-
Outros		14	-	-	-
		<u>3.298.845</u>	<u>35.687</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Amortização					
Direito de concessão		(568.260)	(53.185)	-	-
Investimento na concessão		(493.796)	(37.077)	-	-
Direito de software		(14.940)	(2.370)	-	-
Amortização acumulada (c)		<u>(1.076.996)</u>	<u>(92.632)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total intangível líquido		<u>2.221.848</u>	<u>(56.945)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Controladora e Consolidado					
	Taxas anuais de amortização %	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências
Custo					
Direito de concessão (a)	(*)	1.326.979	-	-	-
Investimento na concessão (b)	(*)	1.890.295	75.904	(5.047)	(5.953)
Direito de software	20%	15.543	242	-	866
Outros		14	-	-	-
		<u>3.232.831</u>	<u>76.146</u>	<u>(5.047)</u>	<u>(5.087)</u>
Amortização					
Direito de concessão		(501.725)	(66.542)	7	-
Investimento na concessão (a)		(443.330)	(50.466)	-	-
Direito de software		(11.525)	(3.415)	-	-
Amortização acumulada (c)		<u>(956.580)</u>	<u>(120.423)</u>	<u>7</u>	<u>-</u>
Total intangível líquido		<u>2.276.251</u>	<u>(44.276)</u>	<u>(5.040)</u>	<u>(5.087)</u>

(*) O saldo em aberto refere-se a itens transferidos do imobilizado para o grupo de intangível para melhor classificação contábil.

(**) Prazo remanescente da concessão, 20 anos. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão.

a) Concessão (decorrente de aquisição de controle)

Direito de concessão obtido na aquisição de controle do MetrôRio em março de 2009. O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

b) Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038)

Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar findou o primeiro período de concessão em 27 de janeiro de 2018. Conforme detalhado na nota explicativa 14, através de Aditivo as partes acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutiva, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Conforme esses investimentos são realizados pela Companhia, são reconhecidos no Ativo intangível (Renovação / extensão do Direito de concessão).

c) Prazo de amortização

A amortização do intangível referente à Concessão é linear de acordo com o número de meses restantes para o final da Concessão. O valor é registrado no custo de serviços e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no ativo intangível.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 30 de setembro de 2018.

11. INVESTIMENTOS

Em maio de 2018, a Companhia resgatou seu investimento na empresa MASU 9 Participações Ltda (MASU 9), que teve suas atividades encerradas. A Companhia possuía 99,95% do Capital social da investida que totaliza R\$2 subscrito e totalmente integralizado, e que estava dividido em 2.000 (duas mil) quotas com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. A MASU 9 encontrava-se com atividades inoperantes não gerava receita e não possui contingências, compromissos, avais ou garantias em favor de terceiros, e portanto a baixa no investimento não gerou impacto relevante para a Companhia. Dessa forma, em 30 de setembro de 2018 não há informações contábeis intermediárias

consolidadas.

	MASU 9 31/12/2017
Ativo	
Caixa e equivalente de caixa	2
Total do ativo	2
Patrimônio líquido	
Capital social	2
Total patrimônio líquido	2

12. FORNECEDORES

	Controladora 30/09/2018	31/12/2017	Consolidado 31/12/2017
Fornecedores nacionais	35.951	48.269	48.269
Fornecedores internacionais	2.300	8.029	8.029
Total	38.251	56.298	56.298

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures estava composto da seguinte forma:

Objeto	Indexador	Juros anuais	Vencimento	Taxa efetiva	Controladora			31/12/2017
					30/09/2018			
					Circulante	Não circulante	Total	Total
Empréstimos e Financiamentos								
BNDES Direto 3								
Subcrédito “A”	TJLP	1,72%	15/10/2024	1,73%	23.398	117.032	140.430	157.123
Subcrédito “C”	TJLP	1,72%	15/09/2024	1,73%	13.441	66.338	79.779	89.397
FINEP								
Subcrédito “A”	TJLP	5,25%	15/01/2018	5,38%	-	-	-	130
Subcrédito “B”	TJLP	8,25%	15/01/2018	8,57%	-	-	-	137
Financiamento								
Importação								
Citibank	USD	2,70%	18/03/2018	2,73%	-	-	-	110.929
Caixa Econômica Federal	TR	7,80%	30/06/2034	8,08%	10.750	226.126	236.876	243.814
Banco do Brasil	DI	144,87% CDI	01/08/2018	292,63% CDI	-	-	-	18.000
Subtotal					47.589	409.496	457.085	619.530
Custo de captação					(70)	(188)	(258)	(594)
Aplicação financeira vinculada*					-	(25.231)	(25.231)	(24.881)
Total					47.519	384.077	431.596	594.055
Debêntures								
Debêntures - LAMSA	TR	9,50%	31/05/2027	9,92%	12.848	98.497	111.345	121.026

Subtotal	882.234	-	-	7.230	-	-	-	-	(339.595)	549.869
Total geral	1.108.099	18.000	86.535	15.964	614	(120.138)	(84.460)	(2.571)	-	1.022.043

* Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

	30/09/2018	31/12/2017
2019	11.547	472.312
2020	197.090	60.233
2021 em diante	818.548	489.498
	<u>1.027.185</u>	<u>1.022.043</u>

BNDES

- Em 16 de setembro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES (“BNDES Direto III”), no montante total de R\$422.410, divididos em três subcréditos: “A” (R\$278.395), “B” (R\$3.200) e “C” (R\$140.815), para cobrir, principalmente, os desembolsos com as obras do projeto do Metrô do Século XXI, o montante foi totalmente desembolsado pelo BNDES à Companhia.

A amortização do principal do subcrédito “A” será feita em 150 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2012 e 15 de outubro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito “A” incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de abril de 2012, e são pagos mensalmente no período de amortização do principal.

A amortização do principal do subcrédito “C” será feita em 132 prestações mensais e sucessivas entre 15 de outubro de 2013 e 15 de setembro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito “B” incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de setembro de 2010 e 15 de setembro de 2013, e são pagos mensalmente no período de amortização do principal.

As principais garantias dos contratos de financiamento BNDES Direto I, BNDES Direto II e BNDES Direto III são as seguintes:

- Vinculação de parcela da receita tarifária decorrente da prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros, em valor mensal não inferior a R\$31.960, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA.
- Constituição de conta reserva com saldo não inferior a R\$15.489, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA a partir da data da assinatura.
- Constituir penhor em favor do BNDES, em 1º grau para BNDES Direto I, em 2º grau para o BNDES Direto II e em 3º grau para o BNDES Direto III, sobre os seus Direitos Creditórios emergentes do Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros, celebrado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro, com a

interveniência de terceiros, em 27 de janeiro de 1998, e seus posteriores aditivos, abrangendo o direito da Companhia de ser indenizada pelo Estado do Rio de Janeiro nas seguintes hipóteses:

- a) Perdas que a mesma venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- b) Perdas em decorrência de contingências de responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro ou de seus órgãos que venham a ser imputadas à Companhia; e
- c) Extinção da Concessão, nos termos do respectivo Contrato de Concessão, bem como outros direitos de indenização que a Companhia venha a ter em face do Estado do Rio de Janeiro por força do referido contrato.

Como condição restritiva, é vedada à Companhia a aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista no objeto dos financiamentos. A Administração da Companhia entende que esta condição está sendo atendida. Adicionalmente, esses contratos de financiamento possuem cláusulas restritivas quanto a determinados índices financeiros, que em caso de descumprimento aceleram o vencimento do financiamento. Tanto para o contrato BNDES Direto I quanto para o contrato BNDES Direto II, o índice financeiro é o seguinte: LAJIDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) sobre Despesas Financeiras Líquidas maior ou igual a 2, a Companhia está cumprindo o índice exigido.

Financiamento

Em 12 de março de 2014, foi celebrado um Contrato de Abertura de Crédito e Outras Avenças com o Citibank N.A., especificamente destinado para fins societários em geral, incluindo, mas não se limitando a reforço de seu capital de giro, no valor de US\$36,389, em parcela única, os juros incidiram sobre o saldo devedor do principal, calculados à taxa de 2,2313% a.a., pagos em parcela única. Liquidado em 11 de março de 2016 e o restante quitado em março de 2018.

Em 11 de março de 2016, foi celebrado um Aditivo ao Contrato de Abertura de Crédito e Outras Avenças entre a Companhia e o Citibank N.A., no valor US\$37,736 perfazendo o montante de R\$140.000.000 (cento e quarenta milhões de reais). Os juros incidiram sobre o saldo devedor do principal, calculados à taxa de 2,7000% a.a., em 2 parcelas pagáveis em 13 de março de 2017 e 12 de março 2018. A forma de pagamento do principal foi a partir de 366 dias contados da data de desembolso em 2 parcelas consecutivas, nas datas de 13 de março 2017 e 12 de março de 2018. O financiamento foi liquidado conforme previsto.

Financiadora de Estudos e Projetos

Em 27 de agosto de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto à FINEP, no montante total de R\$21.500, divididos em subcréditos “A” (R\$10.452) e “B” (R\$11.048). O crédito foi integralmente posto à disposição da Companhia em 01 de agosto de 2011.

A amortização foi feita em 81 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2011 e 15 de janeiro de 2018. Sobre o principal da dívida dos subcréditos “A” e “B” incidiram juros de 5,25% a.a. e 8,25% a.a. respectivamente, mais TJLP. O financiamento foi liquidado conforme previsto.

Caixa Econômica Federal

Em 30 de junho de 2010, a Companhia firmou contrato de financiamento e repasse destinado à realização de investimentos no sistema metroviário do Rio de Janeiro, no âmbito do programa PRÓ-TRANSPORTES/FGTS junto a Caixa Econômica Federal no montante total de R\$650.000, divididos em subcréditos “A” (R\$240.000) e “B” (R\$410.000). Em 30 de junho de 2011, foi creditado pela Caixa Econômica Federal à Companhia o montante de R\$240.000 (subcrédito “A”). Este valor foi creditado em aplicação financeira específica e destina-se obrigatoriamente ao pagamento dos 114 carros metrô, sendo vedada a utilização desses recursos para qualquer outro fim. Os recursos do subcrédito “B” não serão creditados à Companhia.

A amortização será feita em 240 meses contados a partir do término do prazo de carência dos subcréditos (48 meses). O saldo devedor será apurado mensalmente e são devidas as seguintes taxas:

- a) Juros - equivalente à taxa nominal de 5,5% a.a., capitalizada mensalmente;
- b) Administração - valor equivalente à taxa nominal de 2% a.a., capitalizada mensalmente; e
- c) Risco de crédito - equivalente à taxa nominal de 0,3% a.a., capitalizada mensalmente.

O saldo devedor e as prestações serão reajustados pelo mesmo índice e na mesma periodicidade da utilização dos saldos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, utilizada para esse fim a Taxa Referencial - TR, ou outro índice que venha a substituí-la.

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos do BNDES “II” e “III”, FINEP, Calyon e Caixa Econômica Federal foram capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. Em 30 de setembro de 2018 não foram capitalizados juros.

Debêntures

- Em 31 de julho de 2012, foram subscritas 154.170 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), perfazendo o valor total de R\$154.170.

O Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de debêntures foi firmado com base nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia datadas de 24 de abril de 2012 e 27 de julho de 2012, as quais deliberaram as condições da Emissão. Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão foram para financiamento de até 90% do CAPEX de cada um dos projetos da Companhia. As debêntures fazem jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% (nove inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias (“Remuneração”). A Remuneração é calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos desde a data de emissão das Debêntures, incidentes sobre o valor nominal unitário das Debêntures ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, devendo ser paga ao final de cada período de capitalização, até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento, conforme o caso). Em 31 de agosto de 2012, foi repassado pela Linha Amarela S.A. à Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. o montante atualizado de R\$155.475.

O prazo de vencimento das Debêntures será de 178 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2027. Os juros remuneratórios serão pagos

semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive.

As debêntures da Companhia não possuem cláusula de repactuação.

- Em 3 de março de 2016, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

As Debêntures foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada à Companhia pelo Banco Bradesco S.A. A Emissão foi realizada em 11 de março de 2016, e composta por 21.000 (vinte e uma mil) Debêntures, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante de R\$210.000. O prazo de vencimento das Debêntures foi de 2 anos contados da Data de Emissão, liquidado, portanto, em 11 de março de 2018.

- Em 16 de novembro de 2016, foi celebrado o Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública da 7ª Emissão de Debêntures simples, com Esforços Restritos da Companhia, em regime de garantia firme.

As Debêntures foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada à Companhia pelo Banco Bradesco S.A.. A Emissão foi realizada em 16 de Novembro de 2016, e composta por 10.000 (dez mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$10.000 (dez mil reais), perfazendo o montante de R\$100.000.000 (cem milhões de reais). O prazo de vencimento das Debêntures será de 18 meses (dezoito meses) contados da Data de Emissão, a ser liquidado em 16 de maio de 2018.

- Em 12 de março de 2018, foi celebrado o Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública da 8ª Emissão de Debêntures, composta por 55.000 (cinquenta e cinco mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$10.000 (dez mil reais), perfazendo o montante de R\$550.000.000 (quinhentos e cinquenta milhões de reais). O prazo de vencimento das Debêntures será de 60 meses (sessenta meses) contados da Data de Emissão, a ser liquidado em 13 de março de 2023.

Cláusulas restritivas

Empresa	Dívida	Covenants	Limite	Apuração
METRÔRIO	Pró Transporte (CEF)	ICSD	≥ 1	Anual
	BNDES	EBITDA/RF*	≥ 2	Anual
	HSBC/CITIBANK	DÍVIDA LIQUIDA/EBITDA	$\leq 3,50$	Trimestral
*Resultado Financeiro				

Em 30 de setembro de 2018, as cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos ou debêntures foram atendidas.

14. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Controladora		Consolidado
30/09/2018	31/12/2017	31/12/2017

Circulante			
Direito de concessão (até janeiro de 2038)	2.240	1.851	1.851
Não circulante			
Direito de concessão (até janeiro de 2038)	42.447	40.235	40.235
Total	44.687	42.086	42.086

Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2038)

Do montante de R\$2.240, R\$974 refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente quitado através do pagamento de parcelas ou quitado através da realização de investimentos. E, R\$42.447 referem-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente sobre a entrada em operação de novas estações de acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato. Até a data de 31 de dezembro de 2016, o MetrôRio recebeu do Poder Concedente três estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e General Osório. A liquidação da obrigação se dará através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 22ª do Aditivo, onde a Concessionária assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a RIOTRILHOS e CMRJ.

Esse compromisso, soma R\$42.447 (R\$40.235 em 31 de dezembro de 2017). Estas obrigações: (i) serão liquidadas à medida que os pagamentos forem sendo exigidos em execuções homologadas pelo Poder Judiciário, e (ii) sofrem atualização monetária de acordo com os índices aplicados no Tribunal de origem.

Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, a Companhia está mantendo a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Concessionária assumiu o compromisso de melhorar, conservar e expandir o sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro que pertence à Concessão. A partir de 27 de dezembro de 2007, através do Aditivo, a Companhia também assumiu o compromisso de realizar investimentos destinados: (i) à implementação de novas estações metroviárias, inclusive a obrigação de concluir, em condições de operação, o trecho de 3,2 km, denominado Linha 1A (trecho inaugurado em 22 de dezembro de 2009), com a construção da Estação Cidade Nova (inaugurada em 1º de novembro de 2010), bem como a Estação Uruguai (inaugurada em março de 2014); (ii) à aquisição de novos trens; e (iii) à modernização das operações. Em 31 de dezembro de 2016, os investimentos previstos no Aditivo estavam estimados entre R\$900.000 e R\$1.200.000, e deverão sofrer alterações à medida que os projetos executivos forem sendo definidos e obtidas as cotações definitivas de preços dos diversos componentes.

Em 30 de setembro de 2018, o valor de R\$1.061 (R\$877 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a renovação/extensão do direito de concessão do MetrôRio até janeiro de 2038.

	Controladora		
31/12/2017	Atualização	Pagamento	30/09/2018

		resultado		
Outorga (a)	1.851	389	-	2.240
Circulante	1.851	389	-	2.240
Outorga (b)	40.235	2.212	-	42.447
Não Circulante	40.235	2.212	-	42.447
Total	42.086	2.601	-	44.687

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2016	Atualização resultado	Pagamento	31/12/2017
Outorga (a)	1.824	27	-	1.851
Circulante	1.824	27	-	1.851
Outorga (b)	52.094	6.865	(18.724)	40.235
Não Circulante	52.094	6.865	(18.724)	40.235
Total	53.918	6.892	(18.724)	42.086

(a) Outorga do circulante, refere-se a compra dos trens.

(b) Outorga do não circulante, refere-se ao Anexo V ao Contrato do Sexto Aditivo. No exercício social de 2017 foi realizada a nona prestação de contas do contrato de concessão, e a Companhia apurou o saldo remanescente e realizou a reversão do montante para enquadramento do saldo contábil, conforme saldo remanescente.

Bens reversíveis

Conforme os termos do Parágrafo 1º da Cláusula 17ª do Contrato de Concessão, os Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998 para utilização na prestação dos serviços de transporte metroviário, de acordo com os termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô e do Contrato, foram recebidos a título gratuito.

A Companhia apresenta no quadro abaixo (*) a composição dos Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998:

Imobilizado da concessão	
Veículos	121
Equipamentos	227.903
Ferramentas	854
Móveis e utensílios	607.104
Almoxarifado	26.799
Equipamentos de processamento de dados	714
Equipamentos de telecomunicações	522
Imóveis	5.229.910
Total	6.093.927

(*)Quadro não revisado pelos auditores independentes.

Os itens que estão relacionados na conta de Almoxarifado acima representam uma parcela dos bens de consumo transferidos pelo Poder Concedente à posse da Concessionária de acordo com os termos do Parágrafo 11º da Cláusula 1ª do Aditivo.

15. PROVISÕES PARA RISCOS PROCESSUAIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Companhia, na opinião de seus consultores jurídicos realizou análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Controladora		Consolidado
	30/09/2018	31/12/2017	31/12/2017
Cíveis	6.655	6.154	6.154
Trabalhistas	12.127	12.856	12.856
Tributárias	6.688	4.609	4.609
Outros	159	158	158
Total	25.629	23.777	23.777

Movimentação das provisões

	Saldo inicial 31/12/2017	Provisões efetuadas	Atualização monetária	Reversões/ pagamentos	Saldo final 30/09/2018
Cíveis	6.154	2.253	55	(1.805)	6.655
Trabalhistas	12.856	1.449	464	(2.644)	12.127
Tributárias	4.609	2.080	-	-	6.688
Outros	158	1	-	-	159
Total	23.777	5.783	519	(4.449)	25.629

	Saldo inicial 31/12/2016	Provisões efetuadas	Atualização monetária	Reversões/ pagamentos	Saldo final 31/12/2017
Cíveis	8.834	1.322	690	(4.692)	6.154
Trabalhistas	10.055	2.741	1.200	(1.140)	12.856
Tributárias	2.525	2.084	-	-	4.609
Administrativas	108	50	-	-	158
Total	21.522	6.197	1.890	(5.832)	23.777

a) Riscos cíveis

A Companhia é ré em diversos processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema metroviário.

Em 18 de abril de 2018, a Companhia foi citada em uma ação para acompanhamento de uma ação proposta pelo Estado do Rio de Janeiro, referente ao Processo de Revisão Quinquenal Ordinária do período de 2007/2012 provido pela AGETRANSP, que segundo o autor, teria gerado um

crédito em favor do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 197.943. O autor pleiteia a procedência dos pedidos para obrigar a Companhia a realizar investimentos e/ou melhorias no sistema metroviário no valor do crédito, ou a condenação da Companhia à recomposição do desequilíbrio por meio de pagamento ao Estado do Rio de Janeiro. A Companhia avaliou como possível o prognóstico de perda. O processo em questão segue apensado à Ação Anulatória de Ato Administrativo proposta pela Companhia, que requereu a anulação da decisão proferida pela AGETRANSP, bem como a anulação de todos os seus efeitos.

Em 30 de setembro de 2018, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$72.973 (R\$41.519 em 31 de dezembro de 2017).

b) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista propostos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

Em 30 de setembro de 2018, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$74.239 (R\$66.854 em 31 de dezembro de 2017).

c) Riscos tributários

Considerando que propusemos ação judicial e em sede de liminar foi deferida a suspensão da exigibilidade do ICMS sobre as tarifas de conexão e uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD) e que a área de energia orçou os valores de ICMS.

Optamos pelo contingenciamento até que o mérito da ação seja decidido e ocorra o trânsito em julgado, o montante de R\$6.688 em 30 de setembro de 2018 (R\$4.609 em 31 de dezembro de 2017).

Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação

a) Depósitos recursais

Em 30 de setembro de 2018, a Companhia possuía R\$29.283 em depósitos recursais (R\$26.446 em 31 de dezembro de 2017).

b) Depósitos judiciais - embargos de terceiros - autos de arrecadação

Trata-se de recurso jurídico que permite a um terceiro pleitear a exclusão de seus bens, penhorados em execução na qual não era parte.

As ordens de penhora contra a Companhia, em sua grande maioria, têm como origem ações trabalhistas e cíveis ajuizadas contra a CMRJ, nas quais a Concessionária foi arrolada como sucessora.

Desta forma a Companhia interpôs diversos embargos de terceiros, objetivando a suspensão da

penhora da sua renda e de seus bens.

O valor total de processos relativos aos embargos de terceiros em 30 de setembro de 2018 é de R\$54.000 (R\$42.142 em 31 de dezembro de 2017), sendo de natureza trabalhista e cível.

Em 30 de setembro de 2018, o montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente é de R\$23.534 (R\$21.975 em 31 de dezembro de 2017).

c) Bloqueios judiciais

Em 30 de setembro de 2018, o montante referente a bloqueios judiciais é de R\$3.685 (R\$3.101 em 31 de dezembro de 2017).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social é de R\$1.344.160, dividido em 1.446.898.779 ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal, integralmente subscritas pela Invepar.

a) Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme Art. 193 da Lei das Sociedades por Ações .

Em 31 de dezembro de 2017, o valor da reserva foi consumido pelo prejuízo do exercício, anteriormente constituído no montante de R\$5.763.

b) Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações . O valor do juros pagos pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor destes dividendos.

17. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Receitas

	Controladora			
	01/01/2018 a 30/09/2018	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017
Receita com passagens	550.641	574.450	184.046	195.397
Receitas acessórias	32.582	31.129	11.953	10.471
Receita da construção (*)	-	33.738	-	9.594
Outras Receitas (**)	-	-	-	-
Impostos e contribuições sobre a receita	(17.048)	(17.199)	(5.762)	(5.849)
Receita de serviços líquidas	566.175	622.118	190.237	209.613

Consolidado

	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2017 a 30/09/2017
Receita com passagens	574.450	195.397
Receitas acessórias	31.129	10.471
Receita da construção (*)	33.738	9.594
Outras Receitas (**)	-	-
Impostos e contribuições sobre a receita	(17.199)	(5.849)
Receita de serviços líquidas	622.118	209.613

* O serviço de construção se dava pelo direito de Outorga constituído no 6º termo aditivo, quando se gerou a obrigação de investimentos. O 6º termo aditivo se encontra praticamente finalizado financeiramente, e não houve adições ao Intangível dessa natureza no 3º trimestre de 2018. Não havendo adições ao Intangível referentes ao 6º termo aditivo, não há constituição de receitas e custos de construção.

**Outras receitas acessórias não provenientes do contrato de concessão Linha 1 e 2.

Custos e Despesas por natureza

Controladora

	01/01/2018 a 30/09/2018	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017
Pessoal e encargos	(173.250)	(188.790)	(61.976)	(58.047)
Conservação e manutenção	(55.967)	(52.566)	(18.786)	(16.840)
Despesas administrativas	(14.986)	(41.966)	(4.713)	(15.106)
Operacionais	(30.530)	(31.915)	(10.618)	(10.017)
Energia elétrica	(71.390)	(65.584)	(24.525)	(20.675)
Custo de construção (*)	-	(33.738)	-	(9.594)
Depreciação e amortização	(101.857)	(99.978)	(34.920)	(33.415)
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa / Provisão para riscos	(3.668)	(3.901)	(1.174)	(759)
Serviços compartilhados	(31.857)	(16.363)	(10.760)	(7.902)
Outros	100	707	51	770
	(483.405)	(517.731)	(167.420)	(163.683)
Custo de serviços prestados	(358.668)	(338.854)	(137.405)	(107.290)
Despesas gerais e administrativas	(124.836)	(33.738)	(30.066)	(9.594)
Custo de construção (*)	-	(145.846)	-	(47.569)
Outras despesas/receitas operacionais líquidas	100	707	51	770
	(483.405)	(517.731)	(167.420)	(163.683)

Consolidado

	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2017 a 30/09/2017
Pessoal e encargos	(188.790)	(58.047)
Conservação e manutenção	(52.566)	(16.840)
Despesas administrativas	(41.966)	(15.106)
Operacionais	(31.915)	(10.017)
Energia elétrica	(65.584)	(20.675)
Custo de construção (*)	(33.738)	(9.594)
Depreciação e amortização	(99.978)	(33.415)
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa / Provisão para riscos	(3.901)	(759)
Outros	707	770
	(517.731)	(163.683)
Custo de serviços prestados	(338.854)	(107.290)

Despesas gerais e administrativas	(33.738)	(9.594)
Custo de construção (*)	(145.846)	(47.569)
Outras despesas/receitas operacionais líquidas	707	770
	<u>(517.731)</u>	<u>(163.683)</u>

(*) O serviço de construção se dava pelo direito de Outorga constituído no 6º termo aditivo, quando se gerou a obrigação de investimentos. O 6º termo aditivo se encontra praticamente finalizado financeiramente, e não houve adições ao Intangível dessa natureza no 3º trimestre de 2018. Não havendo adições ao Intangível referentes ao 6º termo aditivo, não há constituição de receitas e custos de construção.

18. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	01/01/2018 a 30/09/2018	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	22.633	8.733	8.933	2.028
Juros ativos	130	3.279	73	411
Variação monetária ativa	572	711	97	743
Variações cambiais ativas	6.373	3.104	122	(876)
Outros	4	23	-	23
Total receitas financeiras	<u>29.712</u>	<u>15.850</u>	<u>9.225</u>	<u>2.329</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(28.097)	(35.283)	(7.962)	(9.539)
Comissões e despesas bancárias	(1.563)	(1.040)	(325)	(386)
Juros passivos	(6.406)	(4.659)	(6.406)	(2.156)
Operações de Hedge	(3.284)	(12.292)	-	(5.692)
Variação monetária passiva	(3.894)	(15.126)	(1.665)	(6.995)
Juros sobre debêntures	(34.196)	(30.638)	(8.228)	(8.822)
Variações cambiais passivas	(4.582)	(7.013)	(342)	(2.218)
Juros com partes relacionadas	(23.226)	(9.529)	(12.980)	(3.007)
Outros	(643)	(14.228)	1.499	(12.863)
Total despesas financeiras	<u>(105.891)</u>	<u>(129.808)</u>	<u>(36.409)</u>	<u>(51.678)</u>
Resultado financeiro líquidoTotal	<u>(76.179)</u>	<u>(113.959)</u>	<u>(27.184)</u>	<u>(49.349)</u>

	Consolidado	
	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2017 a 30/09/2017
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	8.733	2.028
Juros ativos	630	411
Variação monetária ativa	3.360	743
Variações cambiais ativas	3.104	(876)
Outros	23	23
Total receitas financeiras	<u>15.850</u>	<u>2.329</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(35.283)	(9.539)
Comissões e despesas bancárias	(1.040)	(386)
Juros passivos	(4.659)	(2.156)
Operações de Hedge	(12.292)	(5.692)
Variação monetária passiva	(15.126)	(6.995)
Juros sobre debêntures	(30.638)	(8.822)
Variações cambiais passivas	(7.013)	(2.218)

Juros com partes relacionadas	(9.529)	(3.007)
Outros	(14.229)	(12.863)
Total despesas financeiras	<u>(129.809)</u>	<u>(51.678)</u>
Resultado financeiro líquidoTotal	<u>(113.960)</u>	<u>(49.349)</u>

19. RESULTADO POR AÇÃO

A Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 30 de setembro de 2018 e 2017.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	Controladora				Consolidado	
	01/01/2018 a 30/09/2018	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2017 a 30/09/2017
Resultado básico e diluído por ação						
Numerador						
Resultado líquido do trimestre/semestre atribuído aos acionistas da Companhia	6.924	(8.574)	(2.625)	(2.252)	(8.574)	(2.252)
Denominador (em milhares de ações)						
Média ponderada de número de ações ordinárias	1.446.899	1.446.899	1.446.899	1.446.899	1.446.899	1.446.899
Resultado básico e diluído por mil ações	<u>0,005</u>	<u>(0,006)</u>	<u>(0,002)</u>	<u>(0,002)</u>	<u>(0,006)</u>	<u>(0,002)</u>

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações financeiras intermediárias.

A Companhia não possui instrumentos diluidores em 30 de setembro de 2018, e consequentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

20. SEGUROS

A Companhia mantém coberturas de seguros sobre seus ativos próprios, bens reversíveis e de responsabilidade civil. Em 30 de setembro de 2018, os principais seguros contratados são:

Descrição	Limite máximo de indenização	Vigência		
		Início	Fim	Seguradora
Risco operacional	280.000	01/08/2018	01/08/2019	Tokio

Responsabilidade civil geral	100.000	01/08/2018	01/08/2019	Tokio Marine
Transporte nacional	4.000	28/02/2018	28/02/2019	SURA
Transporte internacional	3.000*	28/02/2018	28/02/2019	SURA
Automóvel frota	Tabela Fipe	31/12/2017	31/12/2018	Itaú
D&O	100.000	20/03/2018	20/03/2019	XL

(*) Em milhares de Dólares - (Em reais R\$11.100).

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

21. AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS

A Companhia prestou garantias, cujos montantes em 30 de setembro de 2018 eram de R\$24.071 (R\$29.285 em 31 de dezembro de 2017), para garantir: (i) a aquisição de energia elétrica junto à Duke Energy; (ii) os financiamentos junto ao BNDES e CEF; (iii) os processos judiciais gerais; e (iv) os processos judiciais que visam impedir a responsabilização da Companhia por cumprimento de decisões judiciais proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária. Adicionalmente, a Companhia prestou garantias aos empréstimos obtidos.

22. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Além dos contratos de fornecimento vigentes, a Companhia também possui compromisso relativo à contratação de fornecimento de energia elétrica com a Duke Energy Internacional Geração Paranapanema S.A., para o período entre 1º de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2021, celebrado em 26 de janeiro de 2009. Essa obrigação foi contratada por dois motivos estratégicos:

- (i) Contratação de montante de energia complementar, suficiente para atender ao início da operação da Linha 1A, da entrada em operação dos 19 novos trens e das estações General Osório, Cidade Nova e Uruguai, para o período entre 2011 e 2015; e
- (ii) Contratação do montante de energia elétrica para atender ao consumo total das Linhas 1 e 2 do sistema metroviário até 31 de dezembro de 2021, após o vencimento do contrato vigente no período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2015.

Adicionalmente, possui contrato de operação e manutenção da Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro, extensão de Ipanema a Barra da Tijuca, assinado entre MetrôRio, MetroBarra, CRB e o poder concedente (interveniente), onde, o MetrôRio, fica incumbido de executar a operação e manutenção da Linha 4 após o término das obras civis, o término das instalações dos sistemas de sinalização e da aquisição dos trens.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de

mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com o Poder Concedente.

Instrumentos financeiros	Controladora			
	30/09/2018		31/12/2017	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	195.480	-	58.213	-
Aplicação financeira	66.229	-	47.943	-
Contas a receber	-	22.566	-	20.992
Parte relacionada	-	10.914	-	10.914
Total do ativo	<u>261.709</u>	<u>33.480</u>	<u>106.156</u>	<u>31.906</u>
Passivos				
Fornecedores	-	38.251	-	56.298
Parte relacionada	-	26.326	-	9.398
Empréstimos e financiamentos	-	431.597	-	594.055
Debêntures	-	684.551	-	403.107
Obrigações com poder concedente	-	35.571	-	36.125
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	20.311	-
Total do passivo	<u>-</u>	<u>1.216.296</u>	<u>20.311</u>	<u>1.098.983</u>

Instrumentos financeiros	Consolidado	
	31/12/2017	
	Valor justo	Custo amortizado
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	58.215	-
Aplicação financeira	47.943	-
Créditos a receber	-	20.992
Parte relacionada	-	10.914

Total do ativo	<u>106.158</u>	<u>31.906</u>
Passivos		
Fornecedores	-	56.298
Parte relacionada	-	9.398
Empréstimos e financiamentos	-	594.055
Debêntures	-	403.107
Obrigações com poder concedente	-	42.086
Instrumentos financeiros derivativos	20.311	-
Total do passivo	<u>20.311</u>	<u>1.104.944</u>

b) Crítérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo do valor justo

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo, em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI, SELIC e IPCA, e as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão vinculadas à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Taxa Referencial (TR) e Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

d) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

e) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função das obrigações que a mesma assumiu quando da assinatura do Aditivo, particularmente, com relação à aquisição de carros metrô, conforme detalhado na nota explicativa 14, considerando-se que os carros foram adquiridos no mercado externo. Adicionalmente, de acordo com as informações prestadas nas notas explicativas 4 e 13, a Companhia possui aplicações financeiras e empréstimos no exterior, respectivamente.

f) Operação de instrumentos financeiros derivativos

A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, sejam de natureza operacional ou financeira, ou ainda, eventualmente, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com esses passivos, ou, como exposto, eventualmente algum ativo, vedada a alavancagem através de tais operações. Em 30 de setembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía as seguintes operações com característica instrumentos financeiros derivativos:

Operação	Ativo/passivo	Entidade	Vencimento	Valor de referência	Posição ativa	Posição passiva	Valor justo diferencial a receber/ (pagar)	31/12/2017
								Curva diferencial a receber/ (pagar)
Swap	USD/CDI	Citibank	12/03/2018	120.000	111.622	131.933	20.311	20.311
						Passivo circulante		20.311

Liquidado

Operação	Ativo/passivo	Entidade	Vencimento	Valor de referência	Posição ativa	Posição passiva	Valor justo diferencial a receber/ (pagar)	30/09/2018
								Curva diferencial a receber/ (pagar)
Swap	USD/CDI	Citibank	12/03/2018	120.000	110.753	134.348	23.595	23.595
						Passivo circulante		23.595

Em 11 de março de 2016, foi firmado um Aditivo ao Contrato de Abertura de Crédito entre o MetroRio e o banco Citibank, no valor US\$37,736.

Para proteção desta operação foi contratado um SWAP no mesmo valor a uma taxa de R\$3,71 por cada US\$1, a variação no resultado provisionado do SWAP está diretamente ligada a flutuação da taxa do Dólar.

Em março de 2018, o aditivo supracitado, assim como o swap, foram liquidados, conforme quadro demonstrativo ilustrado acima.

g) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

No quadro abaixo, são considerados: (i) três cenários, sendo o cenário considerado provável pela Companhia e (ii) cenários variáveis chaves com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, a CVM através da Instrução nº 475, de 17 de dezembro de 2008,

determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o requerimento da CVM.

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
TJLP (% ao ano)	6,63%	4,97%	3,32%
TR Passivo(% ao ano)	0,10%	0,13%	0,15%
DI Ativo (% ao ano)	6,52%	4,89%	3,26%
DI Passivo (% ao ano)	6,52%	8,15%	9,78%
IPCA(% ao ano)	4,19%	3,14%	2,10%
SELIC(% ao ano)	6,52%	4,89%	3,26%
Taxa de câmbio média (R\$/US\$)	R\$ 3,70	R\$ 2,78	R\$1,85

Fontes de informação: BACEN, CETIP e FGV.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Operação	Risco	30/09/2018	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Ativos financeiros					
Equivalente de caixa					
Certificados de depósitos bancários – CDB	DI	7.815	510	382	154
Fundo cambial exclusivo	Dólar	62.711	16.949	22.599	33.898
Fundo MOVER					
Letras financeiras do tesouro	SELIC	152.228	9.925	7.444	4.963
Títulos públicos federais – Tesouro Nacional	IPCA	5.387	226	169	113
Certificados de depósitos bancários – CDB	DI	17.579	1.146	860	573
Aplicações financeiras não circulante					
Certificado de depósitos bancários - CDB	DI	3.518	229	172	115
Total ativos financeiros		249.238	28.985	31.626	39.916
Empréstimos e financiamentos					
BNDES	TJLP	220.209	14.600	10.950	7.300
Financiamento CEF	TR	236.876	237	296	355
Debênture LAMSA (CEF)	TR	111.345	111	139	167
Debênturista I	DI	579.036	37.753	47.191	56.630
Aplicação financeira vinculadas (*)	DI	(25.231)	(1.645)	(1.234)	(823)
		1.122.235	51.056	57.343	63.629

(*) Apresentada no passivo para refletir a intenção da Companhia em liquidar os seus passivos financeiros.

h) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Controladora		Consolidado
30/09/2018	31/12/2017	31/12/2017

Empréstimos e financiamentos	431.597	594.055	594.055
Debêntures	684.551	403.107	403.107
Caixa e equivalentes de caixa	(195.480)	(58.213)	(58.213)
Aplicações financeiras	(66.229)	(47.943)	(47.943)
Dívida líquida	854.439	891.006	891.006
Patrimônio líquido	1.350.776	1.343.853	1.343.853
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.205.215	2.234.859	2.234.859

i) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

24. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	Controladora		Consolidado
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2017
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores e partes relacionadas)	1.771	16.383	16.383

Aos:

Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findo naquela data e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa conclusão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Investigações do Ministério Público envolvendo acionistas e partes relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.2 às informações contábeis intermediárias que informa que desde setembro de 2016 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Greenfield, e que envolvem a Controladora, acionistas da Controladora e partes relacionadas da Companhia. Até o presente momento não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As informações contábeis intermediárias da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir dessas investigações. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 08 de novembro de 2018.

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 S RJ

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018.

A DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão da Grant Thornton Auditores Independentes, emitido em 08 de novembro de 2018, referente às demonstrações financeiras da Companhia do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018.

A DIRETORIA
